Lei 317/2007

Lei de Diretrizes Orçamentárias
2008

JUNHO.2007

Prefeitura Municipal de Mata de São João
Praça Barão Açu da Torre, s/nº - Mata de São João - BA
Tel.: (71) 635-1310 - Fax: (71) 635-1668 - www.matadesaojoao.ba.gov.br

SUMÁRIO

Disposições Preliminares 1

Capítulo I – Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal 2

Capítulo II - Da Estrutura, Organização e Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos e suas Alterações 3

Seção I - Das Disposições Gerais 3

Seção II – Da Estrutura e Organização dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 4

Secção III – Da Descentralização de Créditos consignados aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 13

Seção IV - Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos e suas Alterações ... 14

Capítulo III – Da Geração da Despesa 19

Capítulo IV - Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais 21

Capítulo V - Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária e Política de Arrecadação de Receitas 23

Capítulo VI - Das Disposições do Regime de Gestão Fiscal Responsável 24

Seção I - Das Disposições Gerais 24

Seção II - Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal 25

Capítulo VII - Das Disposições Finais 26

ANEXOS 29

PUBLICADO
Na Imprensa Oficial Municipal
em 27/07/2007
Flávio Teixeira Mat. 5645

LEI Nº 317/2007 de 27 de junho de 2007.

Câmara Municipal de Mata de São João - BA
03 JUL. 2007
RECEBIDO
Func. Responsável

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de Mata de São João, para o exercício de 2008, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal combinado com os arts. 62 e 159, §2º da Constituição Estadual e art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

II - a estrutura, organização e diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;

III – a geração de despesa;

IV - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

V - as disposições sobre alterações na legislação tributária e política de arrecadação de receitas;

VI - as disposições do Regime de Gestão Fiscal Responsável;

VII - as disposições finais.

CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades da gestão pública municipal serão as seguintes:

I - desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, reduzindo as desigualdades e disparidades sociais;

II - modernização e ampliação da infra-estrutura, identificação da capacidade produtiva do Município, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento econômico utilizando parcerias com os segmentos econômicos da comunidade e de outras esferas de governo;

III - desenvolvimento institucional mediante a modernização, reorganização da estrutura administrativa, valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais, visando o fortalecimento das instituições públicas municipais;

IV – implementação de política ambiental centrada na utilização racional dos recursos naturais regionais, conciliando a eficiência econômica e a conservação do meio ambiente;

V - desenvolvimento de ações com vistas ao incremento da arrecadação e adoção de medidas de combate à inadimplência, à sonegação e à evasão de receitas;

VI - austeridade na utilização dos recursos públicos e consolidação do equilíbrio fiscal, através do controle das despesas, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos ao cidadão;

VII - apoio, divulgação, preservação e desenvolvimento do patrimônio histórico, cultural e artístico do Município, incentivando a participação da população nos eventos relacionados à história, cultura e arte;

VIII - promoção do desenvolvimento de políticas voltadas para a formação educacional da criança e do adolescente, investindo, também, em ações de melhoria física das unidades escolares, ampliando-as, modernizando-as e adaptando-as às reais necessidades da população;

IX - ampliação do acesso da população aos serviços básicos de saúde, priorizando as ações que visem a redução da mortalidade infantil e das carências nutricionais;

X - desenvolvimento de ações que possibilitem a melhoria das condições de vida nas aglomerações urbanas críticas, permitindo que seus moradores tenham acesso indiscriminado aos serviços de saneamento, habitação, transporte coletivo e outros;

XI – implantação de políticas públicas e ações afirmativas voltadas à cidadania e a dignidade da pessoa humana com vistas a corrigir desigualdades.

Art. 3º As ações e metas prioritárias para o exercício financeiro de 2008 são as especificadas no **ANEXO I - AÇÕES E METAS ADMINISTRATIVAS** que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2008, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 4º A Lei Orçamentária Anual obedecerá aos princípios da Unidade, Universalidade e Anualidade, estimando a Receita e fixando a Despesa, sendo estruturada na forma definida na Lei Complementar nº 101/2000, nesta Lei e, no que couber, na Lei nº 4.320/1964.

Parágrafo Único. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo e seus respectivos custos.

Art. 5º Os recursos do Tesouro Municipal serão alocados para atender, em ordem de prioridade, às seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais, observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000;

II - juros, encargos e amortizações da dívida fundada interna e externa em observância às Resoluções nºs 40 e 43/2001 do Senado Federal e respectivas alterações;

III - contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos ou de convênios, contratos de repasses ou outros instrumentos similares, observados os respectivos cronogramas de desembolso;

IV - outros custeios administrativos e aplicações em despesas de capital.

Parágrafo único. As dotações destinadas às despesas de capital, que não sejam financiadas com recursos originários de contratos ou convênios, somente serão programadas com os recursos oriundos da economia com os gastos de outras despesas correntes, desde que atendidas plenamente as prioridades estabelecidas neste artigo.

Art. 6º Somente serão incluídas na proposta Orçamentária dotações financiadas com as

operações de crédito mediante Lei autorizativa do Poder Legislativo, observadas as vedações e restrições previstas na Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Na programação de investimentos da Administração Pública direta e indireta, além do atendimento às metas e prioridades especificadas na forma dos arts. 2º e 3º desta Lei, observar-se-ão as seguintes regras:

I - a destinação de recursos para projetos deverá ser suficiente para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício;

II - será assegurado alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;

III - não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

Seção II
Da Estrutura e Organização dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Art. 8º Para fins desta Lei conceituam-se:

I - **função**, o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;

II - **subfunção**, a partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

III - **programa**, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV - **atividade**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V - **projeto**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI - **operação especial**, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;

VII - **categoria de programação** – a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais;

VIII - **órgão** - Secretaria ou Entidade desse mesmo grau, integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;

IX - **transposição** – o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;

X - **remanejamento** – a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

XI - **transferência** – o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro para atender passivos contingentes;

XII - **reserva de contingência** – a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade Orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

XIII - **passivos contingentes** – questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

XIV - **créditos adicionais** – as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;

XV - **crédito adicional suplementar** – as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;

XVI - **crédito adicional especial** – as autorizações de despesas, mediante Lei específica, destinadas à criação de novos projetos ou atividades não contemplados na Lei Orçamentária;

XVII - **crédito adicional extraordinário** – as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;

XVIII - **unidade orçamentária** - consiste em cada um dos Órgãos, Secretarias, Entidades, Unidades ou Fundos da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para qual a Lei Orçamentária consigna dotações Orçamentárias específicas;

XIX - **unidade gestora -** Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;

XX - **Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD)** - instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa, Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos, constituindo-se em instrumento de execução orçamentária e gerência;

XXI - **alteração do Detalhamento da Despesa** – a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos, sem alterar o valor global do projeto ou atividade.;

XXII - **descentralização de créditos orçamentários -** a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias para execução de ações orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Município, mediante delegação de atribuição e competência, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, para a realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão/unidade de origem;

XXIII – **provisão** - ato formal, consubstanciado em Portaria, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, em ato próprio, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, ou de dirigente com expressa delegação, que operacionaliza a descentralização de crédito;

XXIV - **descentralização interna** - é a cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrante de um mesmo órgão (secretaria ou órgão diretamente subordinado ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara) ou de uma mesma entidade (autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente);

XXV - **descentralização externa** - é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas e unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades.

Art. 9º. O orçamento fiscal compreenderá a receita e a programação da despesa dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos da administração direta, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 1º O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e transferências oriundas de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino conforme dispõem a Constituição Federal no seu art. 212.

§ 2º A base de cálculo para a apuração do valor mínimo definido no § 1º a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, é o somatório:

a) do total das receitas de impostos municipais (ISS, IPTU, ITBI/ITIV e IRRF);

b) do total das receitas de transferências recebidas da União (Quota-Parte do FPM; Quota-Parte do ITR; Quota-Parte da Lei Complementar n º 87/96 - Lei Kandir, e suas alterações);

c) das receitas de transferências do Estado (Quota-Parte do ICMS; Quota-Parte do IPVA; Quota-Parte do IPI - Exportação); e

d) de outras receitas correntes (Receita da Dívida Ativa Tributária de Impostos, Multas, Juros de Mora e Correção Monetária).

§ 3º. Para efeito da aplicação do § 1º, do art. 9ª, deverá ser observado o disposto nos artigos 70 e 71 da Lei 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases.

§ 4º. Em observância as determinações contidas na Emenda Constitucional nº 53 e Medida Provisória nº 339/06, o município aplicará os valores determinados na educação básica.

Art. 10. O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e as programações dos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Município, inclusive seus fundos e fundações, que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

§ 1º O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea *b* e § 3º da Constituição Federal, em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III do art. 7º da Emenda Constitucional 29/2000, combinado com as determinações contidas na Portaria 2.047/GM, de 05.11.2002, do Ministro de Estado da Saúde e Resolução nº 647, de 19.12.2002 do Tribunal de Contas dos Municípios.

§ 2º A base de cálculo para a apuração do valor mínimo definido no § 1º a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde, conforme estabelecido nos incisos do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal, é o somatório:

a) do total das receitas de impostos municipais (ISS, IPTU, ITBI/ITIV e IRRF);

b) do total das receitas de transferências recebidas da União (Quota-Parte do FPM; Quota-Parte do ITR; Quota-Parte da Lei Complementar n º 87/96 - Lei Kandir, e suas alterações);

c) das receitas de transferências do Estado (Quota-Parte do ICMS; Quota-Parte do IPVA; Quota-Parte do IPI - Exportação); e

d) de outras receitas correntes (Receita da Dívida Ativa Tributária de Impostos, Multas, Juros de Mora e Correção Monetária).

Art. 11. Para efeito da aplicação do art. 77 do ADCT, consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas de custeio e de capital, financiadas pelo município, relacionadas a programas finalísticos e de apoio que atendam, simultaneamente, aos princípios do art. 7° da Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, e às seguintes diretrizes:

I - sejam destinadas às ações e serviços de acesso universal, igualitário e gratuito;

II - estejam em conformidade com objetivos e metas explicitados nos Planos de Saúde do Município;

III - sejam de responsabilidade específica do setor de saúde, não se confundindo com despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que incidentes sobre as condições de saúde.

Parágrafo único. Além de atender aos critérios estabelecidos no artigo 11, as despesas com ações e serviços de saúde, realizadas pelo Município deverão ser financiadas com recursos alocados por meio dos respectivos Fundos de Saúde, nos termos do art. 77, § 3º, do ADCT.

Art. 12. Atendidos os princípios e diretrizes operacionais definidas pela Portaria 2047/2003, para a aplicação da Emenda Constitucional n° 29/2000 e para efeito da aplicação do art. 77 do ADCT, consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde as relativas à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

I - vigilância epidemiológica e controle de doenças;

II - vigilância sanitária;

III - vigilância nutricional, controle de deficiências nutricionais, orientação alimentar, e a segurança alimentar promovida no âmbito do SUS;

IV - educação para a saúde;

V - saúde do trabalhador;

VI - assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;

VII - assistência farmacêutica;

VIII - atenção à saúde dos povos indígenas;

IX - capacitação de recursos humanos do SUS;

X - pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, promovidos por entidades do SUS;

XI - produção, aquisição e distribuição de insumos setoriais específicos, tais como medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados, e equipamentos;

XII - saneamento básico e do meio ambiente, desde que associado diretamente ao controle de vetores, a ações próprias de pequenas comunidades ou em nível domiciliar, ou aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI);

XIII - serviços de saúde penitenciários, desde que firmado Termo de Cooperação específico entre os órgãos de saúde e os órgãos responsáveis pela prestação dos referidos serviços;

XIV - atenção especial aos portadores de deficiência; e

XV - ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde no âmbito do SUS e indispensáveis para a execução das ações indicadas nos itens anteriores.

Parágrafo único. Poderão integrar o montante considerado para o cálculo do percentual mínimo constitucionalmente exigido, na forma definida no parágrafo único, II do artigo 7º da Portaria 2047/2003, excepcionalmente, as despesas de juros e amortizações, no exercício em que ocorrerem, decorrentes de operações de crédito contratadas a partir de 1° de janeiro de 2000, para financiar ações e serviços públicos de saúde.

Art. 13. Em conformidade com os princípios e diretrizes mencionados nos arts. 11 e 12 desta Lei, combinado com o disposto no artigo 6º Portaria 2047/2003, não são consideradas como despesas com ações e serviços públicos de saúde, para efeito de aplicação do disposto no art. 77 do ADCT, as relativas a:

I - pagamento de aposentadorias e pensões;

II - assistência à saúde que não atenda ao princípio da universalidade (clientela fechada);

III - merenda escolar;

IV - saneamento básico, mesmo o previsto no inciso XII do art. 12 desta Lei, realizado com recursos provenientes de taxas ou tarifas e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, ainda que excepcionalmente executado pela Secretaria de Saúde ou por entes a ela vinculados;

V - limpeza urbana e remoção de resíduos sólidos (lixo);

VI - preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos Entes Federativos e por entidades não-governamentais;

VII - ações de assistência social não vinculadas diretamente à execução das ações e serviços referidos no art. 7° da Portaria 2.047/2003, bem como aquelas não promovidas pelos órgãos de Saúde do SUS;

Art. 14. A proposta Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de setembro de 2007, será composta, além da mensagem e do respectivo projeto de Lei, de :

I - anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II - informações complementares.

§ 1º Integrarão a Lei de Orçamento, conforme estabelece o § 1º do art. 2º da Lei nº 4.320/64:

I - sumário geral da receita por fonte e da despesa por funções do Governo;

II - quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 01 da Lei nº 4.320/64;

III - quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Os anexos relativos aos orçamentos fiscal e da seguridade social serão compostos, com dados isolados ou consolidados, pelos seguintes demonstrativos:

I - da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal;

II - da programação referente à aplicação em ações e serviços públicos de saúde, para dar cumprimento ao estabelecido nos incisos do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal, inciso III do art. 7º da Emenda Constitucional 29/2000, combinado com as determinações contidas na Portaria 2.047/GM, de 05.11.2002, do Ministro de Estado da Saúde;

III - do quadro da dívida fundada e flutuante do Município, com base no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2006;

IV - demonstrativo da Receita Arrecadada nos últimos 3 (três) exercícios e sua projeção para os 3 (três) subseqüentes;

V - demonstrativo da Receita segundo a Categoria Econômica e Fonte de Recursos na

forma do Anexo 02 da Lei nº 4.320/64;

VI - demonstrativo da despesa na forma dos Anexos 6, 7 e 9 da Lei n.º 4.320/64 – art. 2º, § 2º e suas alterações.

Art. 15. A despesa será detalhada de acordo com o estabelecido na Portaria nº 42/99, na Portaria nº 163/2001 e suas alterações.

Art. 16. Na fixação das despesas serão observados prioritariamente os gastos com:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviços da dívida pública municipal;

III - contrapartida de convênios e financiamentos;

IV - projetos e obras em andamento que ultrapassem a 30% (trinta por cento) do cronograma de execução.

§ 1º Os recursos originários do Tesouro Municipal serão, prioritariamente, alocados para atender às despesas com pessoal e encargos sociais, nos limites previstos na Lei Complementar nº 101/2000, e serviços da dívida, somente podendo ser programados para outros custeios administrativos e despesas de capital, após o atendimento integral dos aludidos gastos.

§ 2º As atividades de manutenção básica terão preferência sobre as atividades que visem a sua expansão.

§ 3º Não poderão ser incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, salvo nos casos previstos em Lei específica.

Art. 17. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação e outras definidas em legislação específica, observado o disposto no art. 16 da Lei no 4.320, de 1964 e lei específica do município.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2008 por três autoridades locais e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º Os recursos destinados a título de subvenções sociais, somente serão alocados nos órgãos, entidades e fundos, que atuam nas áreas citadas no *caput* deste artigo.

§ 3º Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 116, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e a exigência do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 18. A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, deverá ser autorizada por Lei específica, atendidas as condições nela estabelecidas.

Art. 19. A discriminação da receita será efetuada de acordo com o estabelecido na Portaria nº 340, de 26 de abril de 2006, publicada no D.O.U. de 28 de abril de 2006, do Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, que aprova a 3ª edição do Manual de Procedimentos da Receita Pública e suas alterações.

Art. 20. A receita municipal será constituída da seguinte forma:

I - dos tributos de sua competência;

II - das transferências constitucionais;

III - das atividades econômicas que, por conveniência, o Município venha a executar;

IV - dos convênios e contratos de repasses firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios, bem como com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais, firmados mediante instrumento legal;

V - das oriundas de serviços executados pelo Município;

VI - da cobrança da dívida ativa;

VII - das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;

VIII - dos recursos para o financiamento da Educação, definido pela legislação vigente;

IX - dos recursos para o financiamento da Saúde, definido pela legislação vigente, em especial art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal, Emenda Constitucional 29/2000, combinado com as determinações contidas na Portaria 2.047/GM, de 05.11.2002, do Ministro de Estado da Saúde;

XI - de outras rendas.

Art. 21. Nos orçamentos fiscais e da seguridade social, a apropriação da despesa far-se-á por categoria de programação, compreendendo a identificação da despesa, sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais,

conforme conceitos estabelecidos no art. 8º, desta Lei.

§ 1º Para fins de integração do planejamento e orçamento, será adotada, no âmbito do Município, a classificação por função, subfunção e programa a que se refere à Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministro de Estado do Orçamento e Gestão.

§ 2º Os órgãos da Administração Direta, os Fundos e as entidades da Administração Indireta, responsáveis direta ou indiretamente pela execução das ações de uma categoria de programação, serão identificados na proposta Orçamentária, como Unidades Orçamentárias.

§ 3º As dotações atribuídas às unidades Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em crédito adicional, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta, integrante dos orçamentos fiscal e da seguridade social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

§ 4º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes poderão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 5º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 6º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão os grupos de natureza de despesa que constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

1 - Pessoal e Encargos Sociais;
2 - Juros e Encargos da Dívida;
3 - Outras Despesas Correntes;
4 – Investimentos;
5 - Inversões Financeiras; e
6 - Amortização da Dívida.

§ 7º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou
b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 8º A especificação da modalidade de que trata o **§ 7º** observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - governo estadual - **30**;
II - administração municipal - **40;**
III - entidade privada sem fins lucrativos - **50;**
IV - consórcios públicos - **71**;
V - aplicação direta - **90**; ou

VI - aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - **91.**

§ 9º A alteração da Modalidade de Aplicação, devido à sua natureza de informação gerencial, poderá ser efetivada durante o exercício financeiro, desde que verificada inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução da despesa naquela modalidade prevista inicialmente, devidamente justificada, mediante Decreto, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, em ato próprio, pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

Seção III
Da Descentralização de Créditos Orçamentários consignados aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Art. 22. Os créditos Orçamentários consignados aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, podem ser descentralizados, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias, para execução de ações orçamentárias integrantes dos respectivos orçamentos, mediante expressa autorização e delegação de atribuição e competência, em ato próprio no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, na forma definida no art. 8º desta Lei, com vistas à realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão/unidade de origem.

§ 1º As dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em créditos adicionais, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta ou Indireta, integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

§ 2º Ao órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta compete à administração dos créditos que lhe foram consignados na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais, salvo quando esta competência for atribuída a uma outra unidade gestora devidamente reconhecida.

§ 3 º O Órgão ou Unidade Orçamentária e Gestora, tendo em vista a obtenção dos resultados das ações cujos créditos lhe foram consignados na Lei Orçamentária ou mediante créditos adicionais, poderá proceder, mediante autorização no âmbito do Poder Executivo, do Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, do Presidente da Câmara de Vereadores, à sua descentralização em valor total ou parcial para outro Órgão ou Unidade Orçamentária e

Gestora integrante dos orçamentos fiscal ou da seguridade social do Município.

§ 4º A cessão de crédito orçamentário para outro Órgão ou Unidade Orçamentária ou Gestora, em termos operacionais, distingue-se em:

I - descentralização de crédito interna ou provisão que consiste na cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrantes de um mesmo órgão (secretaria, órgão, unidade diretamente subordinado ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara) ou de uma mesma entidade (autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente);

II - descentralização de crédito externa é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas e unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades.

§ 5º A unidade recebedora do crédito, em sua aplicação, deve exata observância e cumprimento, além das normas legais sobre a execução da despesa, assim como ao objetivo estabelecido no programa de trabalho e as classificações da despesa que caracterizam o crédito orçamentário correspondente.

Seção IV
Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos e suas Alterações

Art. 23. O Poder Legislativo, encaminhará, até o dia 31 de julho de 2007, ao Poder Executivo, a respectiva proposta de orçamento, para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, atendidos os princípios constitucionais e a Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

Parágrafo primeiro. Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

I – o estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 25/2000;

II – o disposto no Parecer Normativo Nº. 012/06, de 26 de abril de 2006 do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA;

III – os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da elaboração do orçamento.

Parágrafo segundo. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício de

anterior.

I - Para fins do disposto no parágrafo segundo tomar-se-á por referência o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado até o mês de junho projetado até dezembro de 2007.

Art. 24. Os órgãos da administração direta e seus fundos deverão entregar suas respectivas propostas Orçamentárias ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até o dia 31 de julho, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 25. O órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará, ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 01 de julho de 2007, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciários a serem incluídos na proposta Orçamentária para o exercício de 2008, conforme determina o art. 100, § 1º da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 30/2000, discriminada por órgão da administração direta, autarquias, fundações e fundos e por grupos de despesa, especificando:

- número e data do ajuizamento da ação originária;

II - número e tipo do precatório;

III - tipo da causa julgada;

IV - data da autuação do precatório;

V - nome do beneficiário;

VI - valor a ser pago; e,

VII - data do trânsito em julgado.

§ 1º A inclusão de recursos na Lei Orçamentária será realizada de acordo com os seguintes critérios e prioridades, respeitada a ordem cronológica:

I - precatórios de natureza alimentícia;

II - precatórios de natureza não alimentícia, com valor não superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais), cujo pagamento deverá ser efetuado em parcela única;

III - precatórios de natureza não alimentícia, com valor superior a R$ 10.001,00 (dez mil e um reais), cujo pagamento poderá ser efetuado em até 10 (dez) parcelas iguais, anuais e sucessivas;

IV - precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época de imissão da posse, cujos valores ultrapassem o limite do inciso II, serão divididos em 02 (duas) parcelas, iguais e sucessivas.

Art. 26. As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual serão apresentadas:

I - na forma das disposições constitucionais e no estabelecido na Lei Orgânica do Município;

II - acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem.

§ 1º. Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º. Acompanharão os projetos de Lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem.

§ 3º. Cada projeto de Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 4º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, evidenciando o excesso apurado ou sua tendência para o exercício.

Art. 27. Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida.

III - sejam relacionadas com:

a) a correção de erros ou omissões; ou

b) os dispositivos do texto do projeto de Lei.

§ 1º As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

I - no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da Lei Orçamentária;

II - no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2º A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

Art. 28. A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as disposições constitucionais, o estabelecido na Lei Orgânica do Município e nesta Lei.

Art. 29. Para fins do disposto no artigo 27 desta Lei, entende-se por:

Emenda - proposição apresentada como acessória de outra, com existência e tramitação dependente da proposição principal. A emenda é admitida quando pertinente ao assunto versado na proposição principal e quando incidente sobre um só dispositivo, salvo matéria correlata. Conforme sua finalidade, pode ser ***aditiva***, ***modificativa***, ***substitutiva, aglutinativa*** ou ***supressiva;***

Emenda aditiva - é a que acrescenta dispositivos, expressões ou palavras à proposição principal;

Emenda modificativa - é a que altera a proposição principal sem modificar substancialmente seu conteúdo. Portanto, modifica apenas parte do dispositivo (ementa, artigo, parágrafo, inciso, alínea ou número) que é objeto da emenda. Denomina-se **emenda de redação** a **modificativa** que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa, lapso manifesto ou erro evidente;

Emenda substitutiva - a apresentada como sucedâneo de dispositivo de outra proposição. Portanto, substitui integralmente a ementa, o artigo, o parágrafo, o inciso, a alínea ou o número que constitui o objeto da emenda;

Emenda aglutinativa - a que resulta da fusão de emendas entre si ou de uma ou mais emendas com a proposição principal, a fim de formar um novo texto com objetivos aproximados;

Emenda supressiva - é a que objetiva eliminar parte de outra proposição, devendo incidir sobre texto integral de artigo, parágrafo, inciso, alínea ou número;

Subemenda - é a emenda que altera outra emenda, podendo ser supressiva de parte desta, substitutiva ou aditiva;

Projeto substitutivo, ou simplesmente **substitutivo –** denominação dada à emenda destinada a substituir integralmente a proposição principal.

§ 1º A emenda é admitida quando pertinente ao assunto versado na proposição principal e quando incidente sobre um só dispositivo, salvo matéria correlata, seguindo princípios de coesão, precisão, clareza e concisão cuja redação deve ser norteada por regras básicas de técnica legislativa, contemplando os elementos constitutivos da estrutura do projeto.

§ 2º Para o atendimento às disposições desta Lei, a emenda, objetivando a sua perfeita compreensão, requer estrutura e forma básicas e elementares em exata observância à técnica legislativa, deverá compor-se de dados e informações mínimas ao perfeito entendimento do que se propõe, evidenciando:

a) **epígrafe**, em que à expressão EMENDA N.º ... se segue a indicação da espécie e do número da proposição a que ela se refere;

b) **fórmula pela qual se determina a alteração a ser feita:** "Suprima-se ...".".".".".".", "Onde se lê ...", "Leia-se ...", "Acrescente-se ...", "Dê-se ao art.... a seguinte redação";

c) **contexto,** em que se procede à supressão ou substituição de determinada expressão, ou se enuncia o dispositivo a ser acrescentado, ou se dá nova redação a determinado dispositivo;

d) **fecho,** que compreende o local (Sala das Reuniões, Sala das Comissões), a data de apresentação e o nome do autor;

e) **justificação**, é o texto que acompanha o projeto e no qual, pela apresentação e defesa de uma série de argumentos (justificativas), procura o autor demonstrar a necessidade ou oportunidade da proposição, respaldado no conhecimento e domínio dos princípios constitucionais, legais e normativos que regem à matéria a ser emendada, de forma a permitir que o autor possa, com clareza, objetividade, fundamentação e embasamento técnico legal, expor as razões que justifiquem alteração proposta.

Art. 30. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2008 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a Transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se um amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa do processo orçamentário.

Parágrafo único. O Poder Legislativo poderá realizar audiências públicas regionais durante a apreciação da Proposta Orçamentária, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Art. 31. O chefe do Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2008, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

arágrafo único. Os mecanismos previstos no *caput* deste artigo serão operacionalizados:

I - mediante audiências públicas, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;

II - pela seleção dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta Orçamentária do exercício; ou

III – por qualquer outro mecanismo, instrumento ou metodologia que assegure a participação social.

Art. 32. O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 33. Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução Orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º As atividades e projetos serão detalhados, no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, e Elemento de Despesa e Fonte de Recursos.

§ 2º Os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs deverão discriminar, os projetos e atividades, consignados à cada Órgão e Unidade Orçamentária, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos;

§ 3º Os QDDs serão aprovados, por decreto, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, por ato próprio pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

§ 4º Os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos Grupos de Natureza da Despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos.

Art. 34. Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, elaborará programação financeira, visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 35. As propostas de modificação da Lei Orçamentária por créditos adicionais, serão apresentadas na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual, de

acordo com as disposições do art. 26 desta Lei.

CAPÍTULO III
DA GERAÇÃO DA DESPESA

Art. 36. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/00 e arts. 37 e 38 desta Lei.

Art. 37. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação Orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei, em conformidade com a Lei Complementar 101/00 considera-se:

I - adequada com a Lei Orçamentária Anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do art. 37, será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Para os fins do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas que não excedam os limites estabelecidos nos inciso I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93, atualizada pelas Leis nº 8.883, de 08.06.94, nº 9.648 de 27.05.98 e nº 9.854, de 27.10.99.

§ 4º As normas do art. 37 constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal.

Art. 38. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de Lei,

medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deste artigo deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 37 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo II desta Lei, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do Plano Plurianual e desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 39. Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.

Parágrafo único. A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 40. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividade que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art. 41. As dotações Orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2008, com base na folha de pagamento de junho de 2007, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais.

§ 1º A repartição dos limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais, conforme estabelece o art. 19, inciso III da Lei Complementar nº 101/2000.

I - 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;

II - 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;

IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.

Art. 42. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no § 1º do art. 41 desta Lei será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a

qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra.

Art. 43. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos no art. 41, sem prejuízo das medidas previstas no art. 42 desta Lei, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I - receber transferências voluntárias;

II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Art. 44. Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, desde que observado o disposto no artigo seguinte.

Art. 45. Todo e qualquer ato que provoque aumento da despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

I - houver prévia dotação Orçamentária suficiente para atender às despesas com

pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º, inciso I, da Constituição Federal;

II - for comprovado o atendimento do limite de comprometimento da despesa com pessoal estabelecido no art. 41 desta Lei;

III - forem observadas as restrições e limitações contidas na Lei 101/2000.

Parágrafo único. O disposto no *caput* compreende, entre outras:

I - a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;

II - a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras;

III - a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

Art. 46. O projeto da Lei Orçamentária poderá consignar recursos adicionais necessários ao incremento do quadro de pessoal nas áreas de:

I - educação;

II - saúde;

III - fiscalização fazendária;

IV - assistência à criança e ao adolescente.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E POLÍTICA DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS

Art. 47. Em caso de necessidade, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal projeto de Lei dispondo sobre alterações na legislação tributária municipal e incremento da receita, incluindo:

I - adaptação e ajustamento da legislação tributária às alterações da correspondente legislação Estadual e Federal;

II - revisões e simplificações da legislação tributária municipal;

III - aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributário;

IV - geração de receita própria pelas entidades da administração indireta;

V - estabelecimento de critérios de compensação de renúncia caso o município conceda incentivos ou benefícios de natureza tributária.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES DO REGIME DE GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 48. A gestão fiscal responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentado do Município objetivando a geração de emprego, de renda e a elevação da qualidade de vida e bem-estar social.

Art. 49. A gestão fiscal responsável das finanças do Município far-se-á mediante a observância de normas quanto:

I - ao endividamento público;

II - ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;

III - aos gastos com pessoal e encargos sociais;

IV - à administração e gestão financeira.

Art. 50. São princípios fundamentais para o alcance da finalidade e dos objetivos previstos no art. 48 desta Lei:

I - o equilíbrio entre as aspirações da sociedade por ações do governo municipal e os recursos que esta coloca à disposição do Município, na forma de pagamento de tributos, para atendê-las;

II - a limitação da dívida ao percentual estabelecido no art. 52 desta Lei;

III - a adoção de política tributária estável e previsível coerente com a realidade econômica e social do Município e da região em que este se insere;

IV - a limitação e contenção dos gastos públicos;

V - a administração prudente dos riscos fiscais e, em ocorrendo desvios eventuais, a adoção de medidas corretivas e punitivas a serem definidas por ato do chefe do Poder Executivo;

VI - a transparência fiscal, através do amplo acesso da sociedade às informações sobre as contas públicas, bem como aos procedimentos de arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

Art. 51. A fixação de despesas nos orçamentos em cumprimento dos objetivos e metas

estabelecidas no Plano Plurianual, priorizadas por esta Lei, guardará relação com os recursos efetivamente disponíveis, particularmente as receitas tributárias, próprias ou transferidas.

Seção II
Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art. 52. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento das despesas decorrentes dos débitos financiados e refinanciados, identificados na forma do art. 29 da Lei Complementar nº 101/00.

§ 1º A dívida pública consolidada, conforme dispõe o art. 1º, § 1º, III, da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal, e suas alterações, compreende o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de Lei, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

§ 2º Serão considerados no grupo da dívida consolidada todos os contratos, acordos ou ajustes firmados pelo município para a regularização de débitos de exercícios anteriores contraídos, pelo não pagamento de encargos sociais, especificamente INSS, FGTS e PASEP, bem como os oriundos das concessionárias de serviços públicos referentes aos serviços de energia elétrica, abastecimento de água e telefonia fixa e móvel, conforme previsto na Portaria nº 633, de 30.08.2006 da STN, que aprova a aprova a 6ª edição do Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

§ 3º A dívida consolidada líquida, compreende a dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

§ 4º O endividamento líquido do Município até o final do décimo quinto exercício financeiro, contado a partir do encerramento do exercício financeiro de 2001, não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a Receita Corrente Líquida, conforme determina o art. 3º, III da Resolução nº 40, de 2001 do Senado Federal, com as alterações decorrentes da Resolução nº 5, de 2002.

Art. 53. O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal, observado as disposições contidas nos arts. 32 a 37 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações no nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

§ 2º O montante global das operações de crédito interna e externa, realizadas em um exercício financeiro, não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da RCL, conforme determina o art. 7º, I da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3,

de 2002, da Resolução nº 19, de 2003, e da Resolução nº 67, de 2005.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 54. Os fundos especiais do Município, criados na forma do disposto no artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal e disposições contidas na Lei n.º 4.320/64, combinado com o previsto na Portaria 2.047/02, Resolução nº 297/96 e Parecer Normativo nº 004/96 do Tribunal de Contas dos Municípios, constituir-se-ão em Unidade Orçamentária, vinculados a um órgão da Administração Municipal.

Art. 55. Caso a Lei Orçamentária Anual não seja aprovada e sancionada até 31 de dezembro de 2007, fica o Poder Executivo autorizado a executar a razão de 1/12 (um doze avos) da proposta Orçamentária das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos;

II - serviços da dívida;

III - despesas decorrentes da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas à sociedade, principalmente saúde e educação com financiamento especifico;

IV - investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;

V - contrapartida de Convênios Especiais.

Parágrafo único. Ficam excluídas da limitação prevista no *caput* deste artigo, as despesas de convênios e financiamentos que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

Art. 56. Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais.

Art. 57. O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros Municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais.

Art. 58. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitarão a emissão de empenho e movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas.

§ 1º A limitação que trata o *caput* será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" de cada Poder.

§ 2º Não estarão sujeitos à limitação de empenho as seguintes despesas:

I - pessoal e encargos;

II - serviços da dívida;

III - decorrentes de financiamentos;

IV - decorrentes de convênios;

V - as sujeitas a limites constitucionais como educação, saúde e assistência social.

§ 3º No caso de o Poder Legislativo não promover a limitação prevista no prazo estabelecido no *caput*, o Poder Executivo fica autorizado a limitar os valores financeiros nos mesmos critérios estabelecidos para o Poder Executivo.

Art. 59. A proposta Orçamentária conterá reserva de contingência no orçamento fiscal, em montante máximo correspondente a até 5% (cinco por cento), calculado sobre o total da Receita Corrente Líquida do Município do exercício de 2008.

Art. 60. A elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária deverão levar em conta a obtenção do resultado previsto no Anexo de Metas Fiscais.

Art. 61. Integrarão a presente Lei os Anexos:

Anexo I - Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Anexo II - Metas Fiscais

Demonstrativo I – Metas Anuais;

Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;

Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Demonstrativo IX – Metodologia da Projeção das Metas Fiscais

Anexo III - Riscos Fiscais

Anexo IV - Compatibilização PPA x LDO 2008

Parágrafo único. Os Anexos previstos neste artigo poderão ser revistos, atualizados e alterados por ocasião da elaboração do Projeto da Lei Orçamentária 2008, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, e, também, a definição das transferências constantes dos projetos orçamentários da União e do Estado da Bahia.

Art. 62. Os Anexos da Lei do Plano Plurianual 2006/2009 e desta Lei, serão atualizados e alterados, em decorrência da Lei Orçamentária, de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais, assim como das transposições, remanejamentos ou transferências, autorizados em lei.

Art. 63. Para fins do disposto no art. 4º, § 3º da Lei Complementar 101/2000 e desta Lei, são riscos fiscais os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, constituídos de dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como precatórios, na forma definida no Anexo III, Restos a Pagar com prescrição interrompida, débitos não quitados com concessionárias de serviços públicos, despesas classificáveis de acordo com o art. 37 da Lei 4.320/1964 e outros passivos contingentes, riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 64. Os passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais capazes de afetar as contas públicas, previstos no art. 63 só poderão ser atendidos através da Reserva de Contingência.

Art. 65. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até o dia 31/12/2008.

Art. 66. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MATA DE SÃO JOÃO, em 27 de junho de 2007.

JOÃO GUALBERTO VASCONCELOS
Prefeito Municipal

ANEXOS

PLANO PLURIANUAL 2006-2009	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2008			
AÇÃO	F	SF	CÓD	PROJETO / ATIVIDADE
1003 Implantação do almoxarifado central 1004 Modernização Administrativa 1005 Criação da central de atendimento ao cidadão 1006 Modernização Fazendária 1007 Valorização do servidor público municipal	04	122	003	1004 Modernização Administrativa e Fazendária
1011 Elaboração de Estudos e Projetos para o desenvolvimento urbano 1013 Implantação do sistema de georeferenciamento de informações municipais 1016 Indentificação e Sinalização de Logradouros Públicos	04	127	004	1013 Ordenamento Territorial
1014 Implantação de aterro sanitário 1015 Implantação da coleta seletiva de resíduos sólidos 1010 Estruturação do Núcleo Municipal do Meio Ambiente	18	541	004	1015 Preservação e Conservação Ambiental
1038 Realização do censo sócio econômico 2047 Gestão das Ações dos Centros de Referência (CRAS) 2052 Gestão das Ações Assistenciais	08	244	008	2052 Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS

ANEXO IV: COMPATIBILIZAÇÃO DO PPA XLDO 2008

PLANO PLURIANUAL 2006-2009	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2008			
AÇÃO	F	SF	CÓD	PROJETO / ATIVIDADE
1041 Implantação do Centro de Referência (CRAS) 1042 Implantação do Centro de Convivência do Idoso	08	244	008	1041 Implantação de Centros de Convivência e Desenvolvimento Social
2055 Gestão das Ações da Filarmônica e da Fanfarra 2056 Promoção de Festas Tradicionais, Temáticas, Cívicas e Populares	13	392	009	2056 Promoção de Festas Tradicionais, Temáticas, Cívicas e Populares e de ações de desenvolvimento a cultura
1043 Ampliação da Filarmônica 1044 Construcão de um Centro de Convencões no Município. 1045 Construção Centros de Artesanato 1046 Reforma da Casa da Cultura 1047 Implantação de um Museu Cultural 1048 Restauração de Patrimônios Históricos	13	391	009	1048 Construção, Implantação, Ampliação, Reforma e Restauração de centros voltados à Ações Culturais, Artísticas e Históricas
2064 Implantação e gestão de Feira Verde de Produtos Orgânicos 2061 Gestão das Ações de Fomento Agrícola em especial agricultor familiar	20	601	011	2061 Gestão das Ações de Fomento Agrícola e Produtos Orgânicos
1052 Implantação da casa do mel 1053 Formação de estrutura fisica e pessoal de Comercialização 1054 Implantação e gestão de horto municipal	20	691	011	1052 Incentivo a produção e comercialiazação de produtos orgânicos

PLANO PLURIANUAL 2006-2009	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2008			
AÇÃO	F	SF	CÓD	PROJETO / ATIVIDADE
2016 Formação continuada dos profissionais da educação 2022 Modernização da Gestão Escolar e Assistência ao educando 2023 Assistência Socieducativa ao educando 2025 Fomento ao intercâmbio educacional 2026 Modernização da Gestão Escolar 2030 Projeto Saúde na Escola 2027 Desenvolvimento do Programa Dinheiro direto na escola 2028 Implementação do Plano de Desenvolvimento na Escola 2031 Gestão das ações Educacionais	12	361	005	2016 Gestão das Ações de Ensino Fundamental
1017 Reforma/Ampliação e Construção de escolas 1018 Implantação de Laboratórios de Informática	12	361	005	1017 Reforma/Ampliação e Construção de escolas e laboratórios de infomática
1030 Ampliação da rede elétrica 1031 Construção de Terminal Rodoviário 1033 Construir e Ampliar Cemitérios 1034 Instalar abrigos em Pontos de ônibus 1036 Implantação de mecanismos de segurança pública	15	451	007	1030 Construção, ampliação, reforma e instalação de equipamentos de infra-estrutura urbana
1032 Construção nova sede Administrativa. 1035 Reformar e Ampliar Centro de Abastecimento	04	451	007	1032 Construção, Ampliação, Reforma de prédios públicos

PLANO PLURIANUAL 2006-2009	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2008			
AÇÃO	F	SF	CÓD	PROJETO / ATIVIDADE
2044 Gestão das Ações de Serviços Públicos 2046 Gestão das Ações de Transporte	15	452	007	2044 Gestão das Ações de Serviços Públicos
1021Capacitação de Recursos Humanos 2036Gestão da Ações de Saúde	10	301	006	2036Gestão da Ações de Saúde
1022 Construção e Ampliação do Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) 1020 Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde 1023 Construção e Ampliação do Centro de Vigilância Ambiental 1056 Construção, Ampliação e Reforma de Postos de Saúde	10	301	006	1056 Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde
2035 Gestão das Ações do Programa de Saúde (PSF) 2037Gestão do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) 2043 Manutenção dos postos de coletas laboratorias móveis.	10	301	006	2035 Gestão das Ações do PSF E PACS
2063 Gestão de Fomento a aquicultura 2062 Gestão das Ações na Pecuária em especial ao pecuarista familiar	20	602	011	2062 Gestão e fomento das Ações da Pecuária e da aquicultura
1050 Construção Praças com área destinada para esporte e lazer 1051 Reforma da Academia de Artes Marciais	27	812	010	2073 Construção e Reforma de Áreas para o Esporte e Lazer
1037 Construção e Reforma de Praças	15	451	007	2072 Construção e Reforma de Áreas de Lazer
2013 Gestão das Ações do Consórcio Intermunicipal 2014 Gestão das ações de Planejamento e Meio Ambiente	18	541	004	2014 Gestão das ações de Planejamento e Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
ESTADO DA BAHIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2008

ANEXO I: METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

PROGRAMA: 001 - AÇÕES ADIMINISTRATIVAS DO LEGISLATIVO

OBJETIVO: Reaparelhar a Câmara Municipal; Manter as atividades do Plenário e da Câmara Municipal.

Código		Ação (Projeto/ Atividade)		Sede		Distrito		Total	
F	SF	Código	Denominação	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
01	31	1001	**Ação:** Complementação da Construção da Câmara **Objetivo:** **Meta:**						500.000,00
01	31	1002	**Ação:** Informatização Câmara **Objetivo:** **Meta:**						250.000,00
01	31	2001	**Ação**: Manutenção do Plenário **Objetivo:** **Meta:**						1.500.000,00
01	31	2002	**Ação:** Manutenção da Atividade da Câmara **Objetivo:** **Meta:**						1.800.000,00
							VALOR TOTAL		**4.050.000,00**

PROGRAMA: 002 - APOIO ADIMINISTRATIVO INSTITUCIONAL

OBJETIVO: Gerir as ações administrativas das Secretarias, através da administração de pessoal, patrimônio, serviços e atividades operacionais.

Código		Ação (Projeto/ Atividade)		Sede		Distrito		Litoral		Total	
F	SF	Código	Denominação	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qt.	Valor	Qtd.	Valor
04	122	2003	**Ação:** Gestão das ações administrativas do Gabinete do Prefeito **Objetivo:** Gerenciar ações e atividades. **Meta:** Ações e atividades gerenciadas.	100%	1.100.000,00					100%	1.100.000,00
04	122	2004	**Ação:** Gestão das ações administrativas da Procuradoria Jurídica **Objetivo:** Gerenciar ações e atividades. **Meta:** Ações e atividades gerenciadas.	100%	400.000,00					100%	400.000,00
04	122	2005	**Ação:** Gestão das ações administrativas da Secretaria de Administração e Finanças **Objetivo:** Gerenciar ações e atividades. **Meta:** Ações e atividades gerenciadas.	80%	2.160.000,00			20%	540.000,00	100%	2.700.000,00
04	122	2006	**Ação:** Gestão das ações administrativas da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente **Objetivo:** Gerenciar ações e atividades. **Meta:** Ações e atividades gerenciadas.	20%	120.000,00			80%	480.000,00	100%	600.000,00
04	122	2007	**Ação:** Gestão das ações administrativas da Secretaria de Obras e Serviços Públicos **Objetivo:** Gerenciar ações e atividades. **Meta:** Ações e atividades gerenciadas.	70%	2.520.000,00			30%	1.080.000,00	100%	3.600.000,00
04	122	2008	**Ação:** Gestão das ações administrativas da Secretaria de Trabalho e Ação Social **Objetivo:** Gerenciar ações e atividades. **Meta:** Ações e atividades gerenciadas.	100%	1.200.000,00					100%	1.200.000,00

PROGRAMA: 002 - APOIO ADIMINISTRATIVO INSTITUCIONAL

OBJETIVO: Gerir as ações administrativas das Secretarias, através da administração de pessoal, patrimônio, serviços e atividades operacionais.

Código		Ação (Projeto/ Atividade)		Sede		Distrito		Litoral		Total	
F	SF	Código	Denominação	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qt.	Valor	Qtd.	Valor
04	122	2009	**Ação:** Gestão das ações administrativas da Secretaria de Cultura e Turismo **Objetivo:** Gerenciar ações e atividades. **Meta:** Ações e atividades gerenciadas.	100%	820.000,00					100%	820.000,00
04	122	2010	**Ação:** Gestão das ações administrativas da Secretaria de Agricultura **Objetivo:** Gerenciar ações e atividades. **Meta:** Ações e atividades gerenciadas.	100%	260.000,00					100%	260.000,00
04	122	2011	**Ação:** Gestão das ações da administração regional **Objetivo:** Gerenciar ações e atividades. **Meta:** Ações e atividades gerenciadas.					100%	540.000,00	100%	540.000,00
04	122	2070	**Ação:** Gestão das ações do Sistema de Controle Interno **Objetivo:** Gerenciar ações e atividades. **Meta:** Ações e atividades gerenciadas.	100%	200.000,00					100%	200.000,00
									VALOR TOTAL		11.420.000,00

PROGRAMA: 003 - ADMINISTRAR PARA CRESCER
OBJETIVO: Modernizar a administração municipal; Valorizar o servidor público; Adequar o quadro funcional; Elevar a arrecadação da receita própria; e Promover a justiça tributária no âmbito municipal.

Código		Ação (Projeto/ Atividade)		Sede		Distrito		Litoral		Total	
F	SF	Código	Denominação	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
04	122	1004	**Ação:** Modernização Administrativa e Fazendária Objetivo: Promover a modernização administrativa e fazendária, através da implantação de sistemas informatizados, treinamento e procedimentos eficientes de gestão; aumentar a arrecadação de tributos com a promoção de justiça tributária; organizar o almoxarifado central; criar uma central de atendimento ao cidadão e valorizar o servidor público municipal. **Meta**: Programa integrado de gestão municipal implantado. **Meta:** Funcionários treinados e capacitados, plano geral de cargos e salários implantados. **Meta:** Aumento da arrecadação de receita própria, adequação da carga tributária, cobrança integral da parcela realizável da dívida ativa, realização de cursos e campanhas de educação tributária e ações de fiscalização dos **Meta:** Call center implantado. **Meta:** Intranet municipal implantada em todos os órgãos municipais interligados através de tecnologias de comunicação de dados **Meta**: Informações e serviços da prefeitura disponibilizados à população através da Internet	80%	133.760,00			20%	33.440,00	100%	167.200,00
04	128	1008	**Ação:** Promover concurso público para preenchimento de vagas na administração municipal. **Objetivo:** Suprir as necessidades objetivas de pessoal, eliminando a contratação temporária de servidores e reduzindo os prestadores de serviço. **Meta:** Concurso público realizado para preenchimento de vagas no quadro efetivo de funcionários municipais.	80%	167.200,00			20%	41.800,00	100%	209.000,00
									VALOR TOTAL		376.200,00

PROGRAMA: 004 - RIQUEZAS DA MATA- PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS
OBJETIVO: Gerar emprego e renda; Promover o Desenvolvimento Urbano; Consolidar o Sistema Municipal de Meio Ambiente.

Código		Ação (Projeto/ Atividade)		Sede		Distrito		Litoral		Total	
F	SF	Código	Denominação	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
23	691	1012	**Ação:** Incremento das atividades produtivas no município **Objetivo:** Atrair investimentos para o município **Meta:** Implantação de industrias Comérciantes e Prestadores de Serviços beneficiados	70%	95.095,00			30%	40.755,00	100%	135.850,00
04	127	1013	**Ação:** Ordenamento Territorial **Objetivo:** Elaboração de estudos e projetos para o desenvolvimento urbano, identificar e sinalizar logradouros públicos e, implantar sistema de georeferenciamento de informações municipais. **Meta:** Projetos e estudos elaborados, ruas identificadas e sinalizadas e sistema implatado	60%	25.080,00			40%	16.720,00	100%	41.800,00
18	541	1015	**Ação:** Preservação e Conservação Ambiental **Objetivo:** Implantação da coleta seletiva de resíduos sólidos e do aterro sanitário e estruturação do Núcleo Municipal do Meio Ambiente. **Meta:** 1. Galpão construído; 2. Promoção de campanha de conscientização; 3. Aquisição de recipientes adequados; 4. Implantação de Pontos de Entregua Voluntária; 5. Aterros implantados; 6. Capacitação de Pessoal; 7. Aquisição de equipamentos adequados; 8. Aquisição de veículos; 9. Elaboração do Plano Ambiental municipal.	10%	8.800,00			90%	79.200,00	100%	88.000,00
19	573	2015	**Atividade:**Gestão das Ações do Programa de Inclusão Digital **Objetivo**: Possibilitar ao cidadão o livre acesso às tecnologias de informação e comunicação **Meta:** 30 pequenos e médios empresários atendidos curso gratuito de informática básica realizado para 100 pessoas ao ano. pontos de acesso gratuito a computadores implantados, inclusive à internet, para a população em geral.	50%	20.500,00			50%	20.500,00	100%	41.000,00
18	541	2014	**Ação**: Gestão das ações de Planejamento e Meio Ambiente **Objetivo:** Desenvolver o planejamento sustentável, gerir ações do consórcio intermunicipal e ações do programa de inclusão social. **Meta:** Planejamento desenvolvido, consórcio implantado, curso gratuito de informática básica realizado e acesso gratuito a computadores implantados, inclusive à internet, para a população em geral.	10%	10.000,00			90%	90.000,00	100%	100.000,00
									VALOR TOTAL		406.650,00

PROGRAMA: 005 - ENSINANDO A SER FELIZ

OBJETIVO: Valorizar o profissional da educação; Modernizar a gestão educacional; Elevar os padrões de ensino; Recuperar as instalações físicas das escolas; e Expandir a Rede de Ensino.

Código		Ação (Projeto/ Atividade)		Sede		Distrito		Litoral		Total	
F	SF	Código	Denominação	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
12	361	2016	**Ação:** Gestão das Ações de Ensino Fundamental **Objetivo**: Garantir o funcionamento da Secretaria, valorizar os profissionais da educação, reduzir o índice de evasão escolar, garantir o planejamento estratégico da U.E., fortalecer o gerenciamento da escola e melhorar o nível de aprendizagem dos alunos. **Meta:** Profissionais e professores capacitados e/ou qualificados, redução da evasão escolar, planejamento estratégico e gerenciamento da totalidade da escolas e alunos com melhor nível de aprendizagem.	60%	2.982.900,00	15%	745.725,00	25%	1.242.875,00	100%	4.971.500,00
12	361	1017	**Ação:** Reforma/Ampliação e Construção de escolas e laboratórios de infomática **Objetivo:** Recuperar a rede física, expandir a rede de ensino e elevar os seus padrões de qualidade. **Meta:** Escolas e salas de aula recuperadas, construída, ampliada, adequada e laboratórios implantados.	60%	1.159.950,00	15%	289.987,50	25%	483.312,50	100%	1.933.250,00
12	365	1019	**Ação:** Reforma, ampliação e construção de creches **Objetivo**: Reformar, ampliar e construir creches. **Meta**: Creches reformadas, ampliadas e construídas.	60%	48.000,00	15%	12.000,00	25%	20.000,00	100%	80.000,00
12	361	2066	**Ação**: Gestão das ações do Ensino Fundamental - FUNDEB 60% **Objetivo**: Gerir os recursos vinculados -ensino fundamental- FUNDEB 60%. **Meta:** atendimento a 100% dos alunos da educação fundamental	60%	1.576.800,00	15%	394.200,00	25%	657.000,00	100%	2.628.000,00
12	361	2068	**Ação**: Gestão das ações do Ensino Fundamental - FUNDEB 40% **Objetivo**: Gerir os recursos vinculados-ensino fundamental 40%. **Meta:** atendimento a 100% dos alunos da educação fundamental	60%	1.051.200,00	15%	262.800,00	25%	438.000,00	100%	1.752.000,00
12	365	2067	**Ação**: Gestão das ações da Educação Infantill - FUNDEB 60% **Objetivo**: Gerir os recursos vinculados - educação infantil do FUNDEB 60%. **Meta:** atendimento a 100% dos alunos da educação infantil	60%	1.051.200,00	15%	262.800,00	25%	438.000,00	100%	1.752.000,00
12	365	2069	**Ação**: Gestão das ações da Educação Infantill - FUNDEB 40% **Objetivo**: Gerir os recursos vinculados 40%. **Meta:** atendimento a 100% dos alunos da educação infantil	60%	700.800,00	15%	175.200,00	25%	292.000,00	100%	1.168.000,00
12	366	2018	**Ação:** Gestão das ações da Educação de Jovens e Adultos **Objetivo**: Ampliar o atendimento a jovens e adultos **Meta:** atendimento a 100% das classes de jovens e adultos	60%	307.230,00	15%	76.807,50	25%	128.012,50	100%	512.050,00
12	365	2019	**Ação:** Gestão das ações da Educação Infantil **Objetivo:** Gerir os recursos do PNAC e ampliar o atendimento a crianças de 0 a 5. **Meta:** atendimento a 100% dos alunos da educação infantil	60%	447.000,00	15%	111.750,00	25%	186.250,00	100%	745.000,00

PROGRAMA: 005 - ENSINANDO A SER FELIZ

OBJETIVO: Valorizar o profissional da educação; Modernizar a gestão educacional; Elevar os padrões de ensino; Recuperar as instalações físicas das escolas; e Expandir a Rede de Ensino.

Código		Ação (Projeto/ Atividade)		Sede		Distrito		Litoral		Total	
F	SF	Código	Denominação	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
12	367	2020	**Ação:** Gestão das ações de Educação Especial **Objetivo:** Apoiar o processo de aprendizagem do aluno portador de necessidades educativas especiais **Meta:** Alunos beneficiados	60%	30.000,00	15%	7.500,00	25%	12.500,00	100%	50.000,00
12	361	2021	**Ação:** Gestão da Merenda Escolar **Objetivo:** Suprir 1/3 das necessidades nutricionais **Meta:** 100% dos alunos atendidos	60%	354.300,00	15%	88.575,00	25%	147.625,00	100%	590.500,00
12	365	2024	**Ação:** Apoio às creches confessionais e/ou filantrópicas **Objetivo:** Atender crianças de 0 a 3 anos em instituições confessionais e/ou filantrópicas **Meta:** Crianças atendidas	60%	6.300,00	15%	1.575,00	25%	2.625,00	100%	10.500,00
12	361	2029	**Ação:** Gestão das ações do Transporte Escolar **Objetivo:** Garantir o acesso dos alunos da Zona Rural às escolas públicas **Meta:** Aquisição de ônibus Alunos atendidos	60%	600.000,00	15%	150.000,00	25%	250.000,00	100%	1.000.000,00
12	364	2032	**Ação:** Manutenção do Programa Bolsa Faculdade **Objetivo:** conceder auxílio financeiro para os alunos de graduação. **Meta:** universitários atendidos.	60%	300.000,00	15%	75.000,00	25%	125.000,00	100%	500.000,00
12	362	2033	**Ação:** Gestão das Ações do Ensino Médio **Objetivo:** Garantir o funcionamento do Ensino médio e implantação de cursos pré-vestibular. **Meta:** Ensino médio garantido. Cursinhos pré-vestibular implantados	60%	300.000,00	15%	75.000,00	25%	125.000,00	100%	500.000,00
12	364	2071	**Ação:** Gestão das ações da Universidade Aberta **Objetivo:** Manutenção das atividades da Universidade Aberta **Meta:** Manter universidade	60%	120.000,00	15%	30.000,00	25%	50.000,00	100%	200.000,00
									VALOR TOTAL		18.392.800,00

PROGRAMA: 006 - SAÚDE PLENA

OBJETIVO: Ampliar a área de cobertura do Programa de Saúde da Família - PSF; Ampliar os serviços prestados pelo hospital municipal; e Intensificar a atuação da vigilância ambiental.

Código		Ação (Projeto/ Atividade)		Sede		Distrito		Litoral		Total	
F	SF	Código	Denominação	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
10	302	2034	**Ação:** Gestão das Ações Hospitalares **Objetivo:** Manter as atividades do Hospital **Meta:** Funcionamento do Hospital	100%	6.270.000,00					100%	6.270.000,00
10	301	2035	**Ação:** Gestão das Ações do PSF,PACS e dos postos de coletas laboratoriais. **Objetivo:** Manter as unidades de saúde da familia e o programa de agentes comunitários de saúde. **Meta:** Funcionamento do PSF e do PACS	40%	1.000.000,00	30%	750.000,00	30%	750.000,00	100%	2.500.000,00
10	301	2036	**Ação:** Gestão da Ações de Saúde **Objetivo**: Manter a secretaria de saúde, capacitar os recursos humanos e aquisição de equipamentos/veículos. **Meta:** Melhorar e otimizar os serviços prestadoa à população.	40%	744.800,00	30%	558.600,00	30%	558.600,00	100%	1.862.000,00
10	304	2038	**Ação:** Gestão da Vigilância Ambiental **Objetivo:** Manter a Vigilância Ambiental **Meta:** Funcionamento da Vigilância Ambiental	40%	133.480,00	20%	66.740,00	40%	133.480,00	100%	333.700,00
10	301	2039	**Ação**: Gestão das Ações de Saúde Bucal **Objetivo**: Manter a Saúde Bucal **Meta:** Funcionamento da Coordenação de Saúde Bucal	50%	75.250,00	10%	15.050,00	40%	60.200,00	100%	150.500,00
10	303	2040	**Ação:** Gestão das Campanhas de Vacinação **Objetivo:** Manter as Campanhas de Vacina **Meta:** Execução das Campanhas de Vacina	40%	7.760,00	20%	3.880,00	40%	7.760,00	100%	19.400,00
10	301	2041	**Ação:** Gestão da Farmácia Básica **Objetivo:** Manter a Farmácia Básica **Meta:** Funcionamento da Farmácia Básica	100%	64.200,00					100%	64.200,00
10	301	2042	**Ação:** Gestão do Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) **Objetivo**: Manter o CAPS **Meta:** Funcionamento do CAPS	100%	250.800,00					100%	250.800,00
10	301	1056	**Ação:** Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde **Objetivo:** Aumentar e Melhorar a Rede Municipal de Saúde **Meta:** Construir, ampliar e reformar unidades de saúde	40%	1.200.000,00	30%	900.000,00	30%	900.000,00	100%	3.000.000,00
									VALOR TOTAL		**14.450.600,00**

PROGRAMA: 007 - INFRO-OBRAS BEM VIVER

OBJETIVO: Prover infra-estrutura básica para a população do município; e Melhorar e ampliar os serviços públicos.

Código		Ação (Projeto/ Atividade)		Sede		Distrito		Litoral		Total	
F	SF	Código	Denominação	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
17	511	1025	**Ação:** Implantar o Sistema de Abastecimento de Água. Objetivo:Suprir e evitar a interrupção do suprimento de água potável da população residente fora da sede **Meta:** Poços construídos	100%	840.000,00					100%	840.000,00
17	512	1026	**Ação:** Implantar sistema de esgotamento sanitário. **Objetivo:** Melhorar a saúde pública. **Meta:** Residências atendidas	100%	3.400.000,00					100%	3.400.000,00
15	451	1028	**Projeto:** Pavimentação, Contenção, Drenagem e Paisagismo nas ruas, avenidas e encostas. **Objetivo:** Prover o municipio de infra-estrutura urbana **Meta:** Ruas, Encostas e Avenidas atendidas	60%	1.200.000,00	10%	200.000,00	30%	600.000,00	100%	2.000.000,00
15	451	1029	**Projeto:** Construção e Recuperação de Estradas e Pontes **Objetivo:** Melhoria do acesso ao município. **Meta:** Estradas e pontes construídas e recuperadas	45%	463.882,50	10%	103.085,00	45%	463.882,50	100%	1.030.850,00
15	452	2044	**Ação:** Gestão das Ações de Serviços Públicos **Objetivo**: 1 - Manter a limpeza e iluminação públicas, 2 - realizar a fiscalização das atividades econômicas, e promover a defesa do consumidor, 3 - Promover o salvamento aquático, 4 - adquirir veículos e máquinas, 5 - ordenar o tráfego. **Meta:** Localidades atendidas	45%	180.000,00	10%	40.000,00	45%	180.000,00	100%	400.000,00
15	451	2045	**Ação:** Gestão das Ações de Infra-Estrutura **Objetivo:** 1 - Manutenção de estradas, sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário, praças, ruas e avenidas, 2 - aquisição de máquinas, veículos e equipamentos, 3 - Gerir ações de transporte público. **Meta:** localidades atendidas	60%	420.000,00	10%	70.000,00	30%	210.000,00	100%	700.000,00
25	752	1030	**Ação:** Construção, ampliação, reforma e instalação de equipamentos de infra-estrutura urbana. **Objetivo:** Conforto e segurança à população **Meta:** 1 - Rede elétrica ampliada; 2 - Cemitério construído e ampliado; 3- Construção do Terminal Rodoviário 4- Implantação de mecanismos de segurança pública 5- Construção/Reforma do Centro de Abastecimento 6 - Abrigos em pontos de ônibus instalados.	60%	600.000,00	10%	100.000,00	30%	300.000,00	100%	1.000.000,00

PROGRAMA: 007 - INFRO-OBRAS BEM VIVER

OBJETIVO: Prover infra-estrutura básica para a população do município; e Melhorar e ampliar os serviços públicos.

Código		Ação (Projeto/ Atividade)		Sede		Distrito		Litoral		Total	
F	SF	Código	Denominação	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
04	451	1032	**Ação:** Construção, ampliação e reforma de prédios públicos. **Objetivo:** Melhorar o serviço para a população **Meta:** Prédio construído e centro de abastecimento reformado e ampliado	90%	90.000,00			10%	10.000,00	100%	100.000,00
15	451	2072	**Ação:** Construção e Reforma de Áreas de Lazer Objetivo: Promover Lazer e Bem-estar à População Meta: Áreas de lazer construídas e reformadas	60%	300.000,00	10%	50.000,00	30%	150.000,00	100%	500.000,00
									VALOR TOTAL		9.970.850,00

PROGRAMA: 008 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA PARA TODOS

OBJETIVO: Reduzir o índice de desemprego; Reduzir o número de habitações inadequadas; Reduzir o risco nutricional das famílias; Reduzir o número de exploração sexual infanto-juvenil; e Reduzir o número de pessoas portadores de necessidades especiais e idosos desassistidos.

Código		Ação (Projeto/ Atividade)		Sede		Distrito		Litoral		Total	
F	SF	Código	Denominação	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
11	333	1039	**Ação:** Qualificação profissional para geração de renda **Objetivo**: Elevar a condição de empregabilidade do trabalhador matense. **Metas:** 1 - Qualificar jovens e adultos trabalhadores; 2 - Documentos confeccionados.	60%	30.000,00	15%	7.500,00	25%	12.500,00	100%	50.000,00
08	244	1040	**Ação:** Construção, recuperação, reforma, adequação, ampliação, reconstrução de unidades habitacionais **Objetivo:** Promover Inclusão social através da melhoria dos padrões habitacionais. **Meta:** Unidades habitacionais construidas	60%	1.200.000,00	15%	300.000,00	25%	500.000,00	100%	2.000.000,00
08	244	1041	**Ação:** Implantação de Centros de Convivência e Desenvolvimento Social **Objetivo:** Promover o acompanhamento sócio-assistencial de famílias em situação de vulnerabilidade e atendimento ao idoso. **Meta:** Centros Implantados	60%	30.000,00	15%	7.500,00	25%	12.500,00	100%	50.000,00
08	241	2048	**Ação:** Atenção Especial ao Idoso **Objetivo**: (Re) Socialização do Idoso e Inclusão Social **Meta**: Idosos atendidos	60%	21.600,00	15%	5.400,00	25%	9.000,00	100%	36.000,00
08	243	2050	**Ação:** Proteção básica à infância e a juventude **Objetivo**: Estruturação e fortalecimento do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente **Meta:** crianças e adolescentes atendidos	50%	13.000,00	15%	3.900,00	35%	9.100,00	100%	26.000,00
08	242	2051	**Ação:** Atenção ao Portador de Necessidades Especiais **Objetivo**:Promover a autonomia e inclusão na sociedade. **Meta:** Pessoas portadoras de necessidades especiais atendidas	60%	15.000,00	15%	3.750,00	25%	6.250,00	100%	25.000,00

PROGRAMA: 008 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA PARA TODOS

OBJETIVO: Reduzir o índice de desemprego; Reduzir o número de habitações inadequadas; Reduzir o risco nutricional das famílias; Reduzir o número de exploração sexual infanto-juvenil; e Reduzir o número de pessoas portadores de necessidades especiais e idosos desassistidos.

Código		Ação (Projeto/ Atividade)		Sede		Distrito		Litoral		Total	
F	SF	Código	Denominação	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
08	244	2052	**Ação:** Gestão do Sistema único de Assistência Social - SUAS **Objetivo:** Promover ações assistenciais aos que dela necessitem, promover a manutenção do CRAS, equipar, capacitar e promover a revisão e cadastramento do Programa Bolsa Família. **Metas**: 1 - Benefícios distribuídos de forma acompanhada; 2 - Famílias atendidas e cadastradas.	60%	249.000,00	15%	62.250,00	25%	103.750,00	100%	415.000,00
08	243	2054	**Ação**: Gestão das Ações do projeto Criança Cidadã **Objetivo**:Promover a autonomia e inclusão na sociedade. **Meta:** Crianças e adolescentes atendidos	60%	75.600,00	15%	18.900,00	25%	31.500,00	100%	126.000,00
08	243	2053	**Ação**: Gestão das Ações dos Conselho Tutelar da Criança e Adolescente **Objetivo**:Funcionamento do conselho **Meta:** Conselho funcionando com eficiência	60%	36.000,00	15%	9.000,00	25%	15.000,00	100%	60.000,00
08	244	2049	**Atividade**: Gestão do Programa Bolsa Família **Objetivo**: Equipar, capacitar e promover a revisão e cadastramento das famílias **Meta**: Famílias atendidas 4.500	60%	15.000,00	15%	3.750,00	25%	6.250,00	100%	25.000,00
									VALOR TOTAL		**2.813.000,00**

PROGRAMA: 009 - CULTURA E TURISMO-VETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

OBJETIVO: Atrair turistas para o Município; Gerar Emprego e Renda para População; e Valorizar a Cultura, História e as Artes do Município.

Código		Ação (Projeto/ Atividade)		Sede		Distrito		Litoral		Total	
F	SF	Código	Denominação	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
13	391	1048	**Ação:** Construção, implantação, ampliação, reforma e restauração de centros voltados à ações culturais, artística e históricas. **Objetivo:** Desenvolver as ações culturias, artísticas do município, incentivar a realização de eventos e prservar o patrimônio histórico. **Meta:** Centros culturais constuídos e patrimônios históricos conservados	50%	52.000,00	10%	10.400,00	40%	41.600,00	100%	104.000,00
13	392	2056	**Ação:** Promoção de festas tradicionais, temáticas, cívicas e populares e ações de desenvolvimento a cultura **Objetivo:** Valorizar as manifestações populares, artísticas e culturais **Metas:** 1 - Festas realizadas; 2 - Filarmônica e Fanfarra atendidas.	50%	500.000,00			50%	500.000,00	100%	1.000.000,00
23	695	2057	**Ação:** Gestão das Ações de Turismo **Objetivo:** Promoção e Divulgação dos Destinos Turísticos, Incentivo ao setor hoteleiro e fortalecimento dos grupos culturais **Meta:** 1- Participação em Feiras e Congressos 2 - Materiais de Divulgação Elaborados					100%	10.000,00	100%	10.000,00
23	392	2058	**Ação:** Gestão das Ações da Cultura **Objetivo:** Fortalecimento dos Grupos Cultarais do Município **Meta:** 1 - Grupos Culturais Valorizados 2 - Manutenção do Museu Cultural	30%	3.000,00			70%	7.000,00	100%	10.000,00
13	131	2059	**Ação:** Gestão das Ações de Comunicação **Objetivo:** Elaboração de Materiais de Divulgação das Ações de Governo **Meta:** Materiais de Divulgação Elaborados	40%	480.000,00			60%	720.000,00	100%	1.200.000,00
									VALOR TOTAL		2.324.000,00

PROGRAMA: 010 - CAMPEÕES DA VIDA

OBJETIVO: Incentivar atividades esportivas.

Código		Ação (Projeto/ Atividade)		Sede		Distrito		Litoral		Total	
F	SF	Código	Denominação	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
27	812	2073	**Projeto:** Construção e Reforma de Áreas para o Esporte e Lazer **Objetivo:** Incentivar o desenvolvimento da prática de esporte **Meta:** Áreas construídas	50%	87.500,00	10%	17.500,00	40%	70.000,00	100%	175.000,00
27	813	1049	**Ação:** Construção, ampliação e reforma da Infra-Estrutura de Desporto e Lazer **Objetivo:** Incentivar a formação de novos atletas e proporcionar lazer à população. **Meta:** Praças Construídas	50%	150.000,00	10%	30.000,00	40%	120.000,00	100%	300.000,00
27	812	2060	**Ação:** Gestão das Ações de Esporte e Lazer **Objetivo:** Incentivar a prática de esportes e valorizar os atletas locais **Metas:** 1 - Torneios e Eventos Esportivos no Município realizados; 2- Atletas e Equipes Representantes do Município inscritos 3 - Eventos Esportivos Promovidos pelo Estado e pelas Federações nas Principais Modalidades Esportivas	50%	32.500,00	10%	6.500,00	40%	26.000,00	100%	65.000,00
									VALOR TOTAL		**540.000,00**

PROGRAMA: 011 - PROSPERIDADE EM HARMONIA COM A NATUREZA

OBJETIVO: Aumentar a renda do homem do campo, através da capacitação e inclusão social, contribuindo para sua fixação na zona rural.

Código		Ação (Projeto/ Atividade)		Sede		Distrito		Litoral		Total	
F	SF	Código	Denominação	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
20	601	2061	**Ação:** Gestão das Ações de Fomento Agrícola e Produtos Orgânicos **Objetivo:** Fomentar e desenvolver o setor agrícola do município **Metas:** 1 - kits de irrigação distribuídas; 2 - Feiras de agronegócios participadas; 3 - Cursos de capacitação realizados; 4 - Produtores certificados no sistema orgânico; 5 - Unidades de beneficiamento certificadas; 6 - Insumos agrícolas distribuídos; 7 - Mudas distribuídas; 8 - Serviços mecanizados promovidos para o preparo do solo ; 9 - Casas de farinha e doces artesanal e orgânicos implantadas; 10 - Unidades beneficiamento de polpa orgânico implantadas; 11 - Viagens técnicas e/ou a negócios realizadas; 12 - Unidade de beneficiamento de condimentos no sistema orgânica e artesanal implantadas; 13 - Feira verde de produtos orgânicos implantada; 14 - Barracas e uniformes padronizados distribuídos; 15 - Cursos de capacitação e reciclagem dos servidores e feirantes realizados;			100%	20.900,00			100%	20.900,00
20	602	2062	**Ação:** Gestão e fomento das Ações da Pecuária e da aquicultura **Objetivo:** Fomentar e desenvolver os setorer pecuário e aquicóla municipal. **Metas:** 1 - Mudas doses de sêmen, kits de criação, insumos, alevinos, tanques e redes distribuídos; 2 - Curso de capacitação realizados, criadores ceritficados.			100%	50.000,00			100%	50.000,00

PROGRAMA: 011 - PROSPERIDADE EM HARMONIA COM A NATUREZA

OBJETIVO: Aumentar a renda do homem do campo, através da capacitação e inclusão social, contribuindo para sua fixação na zona rural.

Código		Ação (Projeto/ Atividade)		Sede		Distrito		Litoral		Total	
F	SF	Código	Denominação	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
20	691	1052	**Ação:** Incentivo a produção e comercialização de produtos orgânicos. **Objetivo**: Centralizar e otimizar a comercialização de produtos orgânicos para venda nos mercados internos especializados e para exportação. **Metas:** 1 - Unidades construidas 2 - Infra-Estrtura fornecida 3 - Cursos fornecidos 4 - Sementes e insumos distribuídos			100%	200.000,00			100%	200.000,00
20	607	1055	**Projeto:** Construção de minibarragens, poços e tangues **Objetivo**: Garantir o volume de agua necessaria para irrigação e aquicultura **Meta:** 10 construções realizadas ao ano			100%	150.000,00			100%	150.000,00
									VALOR TOTAL		420.900,00

	ORÇAMENTO 2007 (FUNDEF)	PREVISÃO FUNDEB 2007	FPM
RECEITA	4.000.000,00	6.483.975,61	8.200.000,00
DEDUÇÕES	-1.987.500,00	-2.224.576,20	16,66%
VALOR LIQUIDO	2.012.500,00	4.259.399,41	1.366.120,00

GANHO	2.246.899,41

ICMS-LC	ITR	ICMS	IPI	IPVA
50.000,00	7.000,00	5.000.000,00	100.000,00	150.000,00
16,66%	6,66%	16,66%	16,66%	6,66%
8.330,00	466,20	833.000,00	16.660,00	9.990,00

	2006	2007	2008	2009	2010
DC (I)	**4.098.751,54**	**4.227.452,34**	**4.417.687,69**	**4.616.483,64**	**4.824.225,40**
DEDUÇÕES (II)	**2.057.691,96**	**2.122.303,49**	**2.217.807,14**	**2.317.608,47**	**2.421.900,85**
ATIVO DISPONIVEL	4.371.087,75	4.508.339,91	4.711.215,20	4.923.219,89	5.144.764,78
ATIVO FINANCEIRO A RECEBER	294.454,89	303.700,77	317.367,31	331.648,84	346.573,03
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.607.850,68	2.689.737,19	2.810.775,36	2.937.260,26	3.069.436,97
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (I-II)	**2.041.059,58**	**2.105.148,85**	**2.199.880,55**	**2.298.875,17**	**2.402.324,56**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO

ESTADO DA BAHIA

LIMITE DE DESPESAS COM EDUCAÇÃO

Constituição Federal, artigo 212 / Emenda Constitucional nº 14 de 12/09/96

RECEITA

DENOMINAÇÃO	ESTIMATIVA 2007
RECEITA TRIBUTÁRIA (I)	**29.389.000,00**
IMPOSTOS	28.739.000,00
IPTU	8.000.000,00
IRRF	739.000,00
ITBI	4.000.000,00
ISS	16.000.000,00
Receita da Dívida Ativa e Multa e Juros de Impostos, da dívida ativa de impostos e Correção Monetária	650.000,00
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (II)	**15.213.350,00**
Cota-Parte do FPM	8.900.000,00
Cota-Parte do ITR	15.100,00
ICMS - LC nº 87/96	56.700,00
Cota-Parte do ICMS	5.941.000,00
Cota-Parte do IPVA	191.100,00
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	109.450,00
(-) Deduções para formação do FUNDEF (III)	(2.778.277,00)
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS (IV)	**7.300.000,00**
Transferências do FUNDEF	7.300.000,00
Complementação FUNDEF	-
TOTAL DAS RECEITAS (V)=(I + II - III + IV)	**49.124.073,00**

DESPESA

DENOMINAÇÃO	VALOR A SER APLICADO 2007
Valor Orçado para Educação	18.392.800,00
Despesas Vinculadas	958.350,00
Outras Despesas de Educação	1.762.050,00
Valor Liquido Orçado para Educação	15.672.400,00
LIMITE MÍNIMO DO REPASSE (25% (I+II)+(IV-III))	**15.672.310,50**
Valor Orçado Manutenção do Ensino Fundamental	12.875.250,00
LIMITE MÍNIMO MANUT ENSINO FUNDAMENTAL	**9.403.386,30**

LIMITE DE DESPESAS COM SAÚDE

Emenda Constitucional nº 29/00

RECEITA

DENOMINAÇÃO	ESTIMATIVA 2005
RECEITA TRIBUTÁRIA (I)	**29.389.000,00**
IMPOSTOS	28.739.000,00
IPTU	8.000.000,00
IRRF	739.000,00
ITBI	4.000.000,00
ISS	16.000.000,00
Receita da Dívida Ativa e Multa e Juros de Impostos, da dívida ativa de impostos e Correção Monetária	650.000,00
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (II)	**15.213.350,00**
Cota-Parte do FPM	8.900.000,00
Cota-Parte do ITR	15.100,00
ICMS – LC nº 87/96	56.700,00
Cota-Parte do ICMS	5.941.000,00
Cota-Parte do IPVA	191.100,00
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	109.450,00
Transferência de Recursos do SUS (III)	1.753.700,00
TOTAL DAS RECEITAS (IV)=(I) + (II)	**44.602.350,00**

DESPESA

DENOMINAÇÃO	VALOR A SER APLICADO 2007
Valor Orçado para SAÚDE (Receita)	14.450.600,00
(-) REPASSES DO SUS E CONVÊNIOS	3.509.900,00
VALOR LÍQUIDO ORÇADO P/ SAÚDE (Receita)	10.940.700,00
LIMITE MÍNIMO DO REPASSE	**6.690.352,50**

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
RECEITAS CORRENTES	**26.388.560,16**	**34.590.033,75**	**50.576.156,11**	**47.535.400,00**	**61.165.000,00**	**63.917.425,00**	**66.793.709,13**
RECEITA TRIBUTÁRIA	**5.097.296,58**	**11.119.492,17**	**24.359.531,17**	**20.040.300,00**	**30.413.600,00**	**31.782.212,00**	**33.212.411,54**
IMPOSTOS	**4.561.646,48**	**10.524.849,31**	**23.705.305,27**	**18.450.000,00**	**28.739.000,00**	**30.032.255,00**	**31.383.706,48**
IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E RENDA	**1.717.121,40**	**3.669.749,96**	**10.767.857,53**	**7.950.000,00**	**12.739.000,00**	**13.312.255,00**	**13.911.306,48**
IMPOSTO S/RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	**212.485,48**	**520.565,72**	**684.957,60**	**450.000,00**	**739.000,00**	**772.255,00**	**807.006,48**
IRRF S/RENDIMENTOS DO TRABALHO	155.283,74	299.652,50	481.457,10	350.000,00	519.000,00	542.355,00	566.760,98
IRRF S/OUTROS RENDIMENTOS	57.201,74	220.913,22	203.500,50	100.000,00	220.000,00	229.900,00	240.245,50
IPTU	406.154,88	2.156.217,09	5.515.511,89	6.000.000,00	8.000.000,00	8.360.000,00	8.736.200,00
ITBI- IMPOSTO S/ TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS	1.098.481,04	992.967,15	4.567.388,04	1.500.000,00	4.000.000,00	4.180.000,00	4.368.100,00
IMPOSTO S/PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	**2.844.525,08**	**6.855.099,35**	**12.937.447,74**	**10.500.000,00**	**16.000.000,00**	**16.720.000,00**	**17.472.400,00**
ISS - IMPOSTO S/SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA	2.844.525,08	6.855.099,35	12.937.447,74	10.500.000,00	16.000.000,00	16.720.000,00	17.472.400,00
TAXAS	**535.650,10**	**594.642,86**	**654.225,90**	**1.590.300,00**	**1.674.600,00**	**1.749.957,00**	**1.828.705,07**
TAXAS P/EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	**535.650,10**	**586.970,42**	**653.606,87**	**590.300,00**	**674.600,00**	**704.957,00**	**736.680,07**
TAXA FISCALIZAÇÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA	13.237,12	15.805,16	55.906,69	40.000,00	60.000,00	62.700,00	65.521,50
TAXA CONTROLE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	140.595,00	192.626,45	99.538,09	220.000,00	107.000,00	111.815,00	116.846,68
TAXA FISCALIZAÇÃO S/ A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PRÊMIOS SORTEIOS							
TAXA DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO	109.634,31	217.401,23	33.272,71	9.000,00	36.000,00	37.620,00	39.312,90
TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL							
TAXA FUNCIONAMENTO ESTABELECIMENTO HORÁRIO ESPECIAL							
TAXA DE LICENÇA P/ EXECUÇÃO DE OBRAS	260.249,08	160.505,76	250.172,40	320.000,00	320.000,00	334.400,00	349.448,00
TAXA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE TRANSPORTE							
TAXA UTILIZAÇÃO ÁREA DOMÍNIO PÚBLICO	11.769,59	322,58	1.492,45	1.000,00	1.600,00	1.672,00	1.747,24
TAXA APROVAÇÃO PROJETO DE CONSTRUÇÃO CIVIL							
TAXA APREENSÃO DEPÓSITO OU LIBERAÇÃO DE ANIMAIS							
OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA	**165,00**	**309,24**	**213.224,53**	**300,00**	**150.000,00**	**156.750,00**	**163.803,75**
TAXA DE FISCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - (TFF)			213.224,53	300,00	150.000,00	156.750,00	163.803,75
NA ÁREA DE SEGURANÇA/SAÚDE PÚBLICA - TPP							
OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA	165,00	309,24					
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	**0,00**	**7.672,44**	**619,03**	**1.000.000,00**	**1.000.000,00**	**1.045.000,00**	**1.092.025,00**

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVAS							
TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS							
TAXA DE CEMITÉRIOS							
TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA			300,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.045.000,00	1.092.025,00
OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	7.672,44	319,03	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXA DE EXPEDIENTE							
TAXA DE LIGAÇÃO DE ÁGUA							
OUTRAS TAXAS PRESTAÇÃO SERVIÇOS		7.672,44	319,03				
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONT MELHORIA P/ EXP. REDE ÁGUA POTÁVEL ESG. SANITÁRIO							
CONT MELHORIA P/ EXP. REDE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE							
CONT MELHORIA P/ EXP. REDE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL							
CONT MELHORIA P/ PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES							
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	355.188,70	451.913,11	678.440,37	800.000,00	800.000,00	836.000,00	873.620,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO CIVIL							
CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR INATIVO CIVIL							
CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTA CIVIL							
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIA							
COMPENSAÇÃO PREV. REG. GERAL E REG. PRÓPRIOS SERVIDORES							
CONT P/ASSISTÊNCIA MÉD. SERV. VINCULADOS REG PREV. PRÓP.							
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS							
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	355.188,70	451.913,11	678.440,37	800.000,00	800.000,00	836.000,00	873.620,00
CONTRIBUIÇÃO P/ CUSTEIO DE SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	355.188,70	451.913,11	678.440,37	800.000,00	800.000,00	836.000,00	873.620,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS							
RECEITA PATRIMONIAL	19.943,37	638.119,20	307.668,58	305.000,00	331.000,00	345.895,00	361.460,28
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	12.723,48	84.810,16	2.623,27	5.000,00	3.000,00	3.135,00	3.276,08
ARRENDAMENTOS							
FOROS	11.662,88	8.980,76	673,27	2.000,00	0,00	0,00	0,00
LAUDÊMIOS	1.060,60	4.094,00	1.950,00	3.000,00	3.000,00	3.135,00	3.276,08

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS							
ALUGUÉIS	0,00	71.735,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALUGUÉIS DE IMÓVEIS URBANOS							
ALUGUÉIS DE IMÓVEIS RURAIS							
OUTRAS RECEITAS DE ALUGUEL	0,00	71.735,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		71.735,40		0,00			
OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS							
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	7.219,89	553.309,04	305.045,31	300.000,00	328.000,00	342.760,00	358.184,20
FUNDOS DE INVESTIMENTO	7.219,89	553.309,04	305.045,31	300.000,00	328.000,00	342.760,00	358.184,20
FUNDOS DE INVESTIMENTOS RENDA FIXA							
FUNDOS DE APLICAÇÕES EM COTAS - RENDA FIXA							
FUNDOS DE AÇÕES							
FUNDOS DE APLICAÇÕES EM COTAS-RENDA VARIÁVEL							
OUTROS FUNDOS DE INVESTIMENTOS	7.219,89	553.309,04	305.045,31	300.000,00	328.000,00	342.760,00	358.184,20
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC REMUN DEPÓSTIOS BANCÁRIOS RECURSOS VINC ROYALTIES							
REC REMUN DEPÓSITOS BANCÁRIOS RECURSOS VINC FUNDEF							
REC REMUN DEPÓSITOS BANCÁRIOS RECURSOS VINC FUN SAÚDE							
REC REMUN DEPÓSITOS DE POUPANÇA DO RPPS							
REC REMUN DEPÓSITOS BANCÁRIOS RECURSOS VINC - MDE							
REC REMUN DEPÓSITOS BANC RECUR VINC - AÇ SERV PÚB SAÚDE							
REC REMUN DEPÓSITOS BANCÁRIOS RECUR VINC - FUNDETUR							
REC REMUN DEPÓSITOS BANCÁRIOS RECUR VINC - CIDE							
REC REMUN OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS RECUR VINC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC REMUN OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS RECUR VINC CONVÊNIO							
REC REMUN OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS RECUR VINC EMPRESAS							
REC REMUN OUTROS DEPÓSTIOS BANCÁRIOS RECUR VINC COSIP							
REC REMUN OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS RECUR VINC - SAAE							

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
REC REMUN DEPÓSITOS BANCÁRIOS RECURSOS VINCULADOS - FMAS							
REC REMUN DEPÓSITOS BANCÁRIOS RECURSOS VINCULADOS - FMDCA							
OUTRAS REC REMUN OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS RECURSOS VINCULADOS							
REMUN DEPÓSITOS RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA REMUNERAÇÃO DEPÓSITOS DE POUPANÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA REMUNERAÇÃO DEPÓSITOS DE POUPANÇA FUNDEF							
RECEITA REMUNERAÇÃO DEPÓSITOS DE POUPANÇA FUNDO DE SAÚDE							
RECEITA REMUNERAÇÃO DEPÓSITO DE POUPANÇA MDE							
REC REMUNERAÇÃO DEPÓSITO DE POUPANÇA AÇ SERV PUB SAÚDE							
RECEITA REMUNERAÇÃO DEPÓSITO DE POUPANÇA CIDE							
RECEITA REMUNERAÇÃO DEPÓSITO BANCÁRIO PRAZO FIXO - SAAE							
RECEITA RENDIMENTOS DE AÇÕES							
OUTRAS RECEITA REMUN DEP DE POUPANÇA							
REMUNERAÇÃO OUTROS DEPÓSITO RECURSOS NÃO VINCULADOS							
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS							
OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS							
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
DEMAIS RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC OUTORGADA SERV TRANSP COLETIVO LOCAL E INTERMUNICIPAL							
OUTRAS RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES							
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA COM A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINEIRAIS							
COMP FINAN COM ROYALTIES PELA PROD DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL - EM TERRA							
COMP FINAN COM ROYALTIES EXCEDENTES PELA PROD DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL - EM TERRA							
COMP FINAN COM PARTICIPAÇÃO ESPECIAL PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL							
OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS							
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE VENDAS DE CACAU							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.272,67	0,00	0,00	1.320.000,00	1.380.000,00	1.442.100,00	1.506.994,50
SERVIÇOS DE TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO							
SERVIÇO DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO							
RECEITA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS							
SERVIÇOS DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	1.320.000,00	1.380.000,00	1.442.100,00	1.506.994,50
SERVIÇOS HOSPITALARES				1.320.000,00	1.380.000,00	1.442.100,00	1.506.994,50
OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO							
SERVIÇOS DE REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO							
SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS							
SERV CAPTAÇÃO, ADUÇÃO TRATAMENTO RES.DISTRIBUIÇÃO ÁGUA							

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
SERV COLETA TRANSP TRATAMENTO DESTINO FINAL ESGOTO							
SERV COLETA TRANSP TRATAMENTO DESTINO FINAL DE RES SÓLIDOS							
SERVIÇOS DE ABATES DE ANIMAIS							
SERVIÇOS PREPARAÇÃO DA TERRA PROPRIEDADES PARTICULARES							
SERVIÇOS DE CEMITÉRIO							
SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA							
SERVIÇOS DE RELIGAMENTO DE ÁGUA							
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	**2.272,67**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SERVIÇOS INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS							
SERVIÇOS DE VENDAS DE EDITAIS	2.272,67						
SERVIÇOS DE VENDAS DE EDITAIS - PM							
SERVÇOS DE VENDAS DE EDITAIS - SAAE							
OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTROS SERVIÇOS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SERVIÇO LIGAÇÃO DE ÁGUA							
SERVIÇO LIGAÇÃO DE ESGOTO							
SERVIÇO DE EXPEDIENTE							
OUTROS SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**20.338.577,01**	**21.795.459,48**	**24.287.588,48**	**23.557.100,00**	**27.574.400,00**	**28.815.248,00**	**30.111.934,16**
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	**20.169.200,64**	**21.677.424,76**	**23.046.488,30**	**23.335.100,00**	**27.304.900,00**	**28.533.620,50**	**29.817.633,42**
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	**10.794.828,03**	**11.653.175,88**	**13.147.021,67**	**13.864.500,00**	**13.883.573,00**	**14.508.333,79**	**15.161.208,81**
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	**5.736.136,88**	**6.631.584,50**	**7.031.635,25**	**6.977.000,00**	**7.281.723,00**	**7.609.400,54**	**7.951.823,56**
COTA-PARTE DO FPM	6.732.260,62	7.780.150,52	8.256.021,58	8.200.000,00	8.900.000,00	9.300.500,00	9.719.022,50
DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEF - FPM	-1.009.838,75	-1.167.022,25	-1.238.402,81	-1.230.000,00	-1.631.370,00	-1.704.781,65	-1.781.496,82
COTA-PARTE DO ITR	13.715,01	18.456,23	14.016,48	7.000,00	15.100,00	15.779,50	16.489,58
DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB-ITR					-2.007,00	-2.097,32	-2.191,69
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	**139.112,97**	**137.094,53**	**119.187,34**	**62.500,00**	**126.600,00**	**132.297,00**	**138.250,37**
ICMS - LC Nº 87/96	119.207,76	104.764,08	52.602,23	50.000,00	56.700,00	59.251,50	61.917,82
DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEF - LEI COMP 87/96	-17.881,08	-15.714,60	-7.890,27	-7.500,00	-10.400,00	-10.868,00	-11.357,06
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	**37.786,29**	**48.045,05**	**74.475,38**	**20.000,00**	**80.300,00**	**83.913,50**	**87.689,61**
ICMS EXPORTAÇÃO - FEX	37.786,29	48.045,05	74.475,38	20.000,00	80.300,00	83.913,50	87.689,61
TRANSFERÊNCIA.COMP.FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	**2.504.117,31**	**2.951.117,39**	**3.254.265,38**	**3.111.200,00**	**3.545.100,00**	**3.704.629,50**	**3.871.337,83**
COTA PARTE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS							
COTA PARTE COMPENSAÇÃO FINANC DE RECUR MINERAIS -CFEM		950,53	735,32	1.200,00	800,00	836,00	873,62

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
COTA PARTE ROYALTIES-COMP FINANC PROD PETRÓLEO LEI Nº 7.990/89	2.419.137,72						
COTA PARTE ROYALTIES EXCEDENTE PROD PETRÓLEO LEI Nº 9.478/97		2.843.873,13	3.119.642,40	3.000.000,00	3.400.000,00	3.553.000,00	3.712.885,00
COTA PARTE ROYALTIES PARTICIPAÇÃO ESPECIAL LEI Nº 9.478/97							
COTA PARTE FUNDO ESPECIAL PETRÓLEO-FEP	84.979,59	106.293,73	133.887,66	110.000,00	144.300,00	150.793,50	157.579,21
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES COMPENSAÇÃO FINANC PELA EXPL REC NATURAIS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS	**1.678.874,33**	**1.287.164,23**	**1.835.391,98**	**2.227.000,00**	**1.753.700,00**	**1.832.616,50**	**1.915.084,24**
PAB/FIXO - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA	356.012,19	774.302,04	505.801,25	800.000,00			
PAB/VARIÁVEL-PISO DE ATENÇÃO BÁSICA	**1.053.190,71**	**455.358,20**	**1.260.469,13**	**1.099.400,00**	**1.405.200,00**	**1.468.434,00**	**1.534.513,53**
PACS - PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	267.320,00	315.020,00	352.750,00	315.000,00	380.200,00	397.309,00	415.187,91
PSF - PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	603.200,00		668.000,00	600.000,00	720.000,00	752.400,00	786.258,00
INCENTIVO AÇÕES BÁSICAS VIGILÂNCIA SANITÁRIA	8.269,64	8.990,02	14.187,82	59.400,00	62.000,00	64.790,00	67.705,55
INCENTIVO PCCN-PROGRAMA COMBATE CARÊNCIA NUTRICIONAL							
INCENTIVO DESC UNIDADES DA FUNASA							
FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL							
MEDIC SAÚDE MENTAL							
APOIO À POPULAÇÃO INDÍGENA							
EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS	92.752,37	82.506,98	87.731,31	75.000,00	94.500,00	98.752,50	103.196,36
VACINAÇÃO POLIOMIELITE		2.941,20					
INCENTIVO À SAÚDE BUCAL	80.800,00	45.900,00	137.800,00	50.000,00	148.500,00	155.182,50	162.165,71
CADASTRO NACIONAL DE USUÁRIOS DO SUS	848,70						
INCENTIVO ADICIONAL AO PROGRAMA INT DO TRAB EM SAÚDE							
PISO ATENÇÃO BÁSICA AMPLIADO							
ANVISA-TAXA DE FISCALIZAÇÃO							
INC ADIC AO PROGRAMA DESC UM SAÚDE FUNASA PAB							
INC ADIC AO PROG DESC UM SAÚDE FUNASA PLENA							
INC ADCIC PACS							
TFECD ADCIONAL							
FINAC CENTROS REF SAÚDE DO TRABALHADOR							
PROGRAMA EXPANSÃO PSF-PROESF							
CAMPANHA DE VACINAÇÃO E CONTROLE DE TÉTANO NEONATAL							

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
INC AÇÕES DE CONTROLE DE TUBERCULOSE							
INTENSIFICAÇÃO VIGILÂNCIA E CONTROLE DA TUBERCULOSE							
INC À SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO							
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO DAS UBS - CARTÃO SUS							
FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AIDS							
ACOMP PÓS-TRANSPLANTE							
ACOMP DEFICIENTE AUDITIVO							
CAMPANHA DE OFTOMOLOGIA							
CIRURGIAS EFETIVAS							
CÂNCER DE COLO UTERINO							
DEFORMIDADE CRÂNIO FACIAL							
HISTOCOMPATIBILIDADE							
HUMANIZAÇÃO DO PARTO							
ORTODONTIA							
PRÓSTATA							
QUEIMADOS							
REABILITAÇÃO							
TRANSPLANTES							
TUBERCULOSE							
VARIZES							
VISTORIA PNASCH							
CIRURGIA DE ALTA FREQUÊNCIA							
PRÉ-NATAL							
TRANSPLANTES S I A							
GASTROPLASTIA - A I H							

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
DEFICIÊNCIA AUDITIVA ESCOLAR S I A							
DEFORMIDADE CRÂNIO FACIAL - S I A							
ACOMP DE PACIENTE - S I A							
NEONATAL - S I A							
ASSIS PRÉ-NATAL - A I H							
LEUCEMIA E MIELÓIDE - S I A							
NEUROCIRURGIA - A I H							
PROTETIZAÇÃO - S I A							
TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA - S I A							
NEURO CNRAC- A I H							
REGISTRO CIVIL E NASCIMENTO -AIH							
ANGIOPLASTIA ENDOVACULAR							
PROG NAC ATENÇÃO USUÁRIOS DE ÁLCOOL E DROGA							
TABAGISMO- AÇÕES ESTRATÉGICAS - S I A							
ASSIS. DOMICILIAR-AÇÕES ESTRATÉGICAS - SAI							
CIRURGIAS EFETIVAS - AÇÕES ESTRATÉGICAS - S I A							
FISIOTERAPIA -AÇÕES ESTRATÉGICAS S I A							
PATOLOGIA CLÍNICA - AÇÕES ESTRATÉGICAS - S I A							
PSICODIAGNÓSTICO - AÇÕES ESTRATÉGICAS - S I A							
TERAPIA E PSICOTERAPIA- AÇÕES ESTRATÉGICAS - S I A							
CENTRAL DE REGULAÇÃO- AÇÕES ESTRATÉGICAS - A I H							
RETINOPATIA DIABÉTICA- AÇÕES ESTRATÉGICAS - S I A							
CATARATA- AÇÕES ESTRATÉGICAS - A I H							
RETINOPATIA DIABÉTICA- AÇÕES ESTRATÉGICAS - A I H							
TERAPIA E PSICOTERAPIA- AÇÕES ESTRATÉGICAS - S I A							
INC CNRAC- AÇÕES ESTRATÉGICAS - S I A							
AIDS - AÇÕES ESTRATÉGICAS - A I H							
SIND RESP. AGUDA GRAVE - AÇÕES ESTRATÉGICAS - A I H							
ACOMP PAC. SAÚDE MENTAL- AÇÕES ESTRATÉGICAS - S I A							
CADASTRO NACIONAL DE EST DE SAÚDE							
HIV/AIDS FÓRMULA INFANTIL ADICIONAL							
LEISHMANIOSE VISCERAL							
GERIATRIA - AÇÕES ESTRATÉGICAS - A I H							

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
LEPTOSPIROSE - AÇÕES ESTRATÉGICAS - A I H							
SAÚDE DO ADOLESCENTE							
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE AÇÕES ESTRATÉGICAS							
TRANSFERÊNCIA DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA							
CENTRO DE BIOIMAGE (MEDIA)							
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE							
OUT PROGRAMAS FINANCIADOS TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO	269.671,43	57.503,99	69.121,60	327.600,00	348.500,00	364.182,50	380.570,71
CAMPANHA DE VACINAÇÃO AOS IDOSOS		1.165,50	1.173,00	1.200,00	1.300,00	1.358,50	1.419,63
CAMPANHA DE VACINAÇÃO ANTI RABICA			7.948,60	2.400,00	8.600,00	8.987,00	9.391,42
CAPS - CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSOCIAL			20.000,00	240.000,00	250.800,00	262.086,00	273.879,87
CEO-CENTRO ODONTOLÓGICO			40.000,00	84.000,00	87.800,00	91.751,00	95.879,80
OUT PROGRAMAS FINANCIADOS TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO	269.671,43	56.338,49					
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNAS	0,00	63.460,00	108.957,88	112.800,00	255.600,00	267.102,00	279.121,59
PROGRAMA DE ATENDIMENTO A PESSOAS IDOSAS							
PROGRAMA DE ATENDIMENTO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA							
PROGRAMA DE ATENDIMENTO CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS							
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTÍNUADA							
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL-PETI							
PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA							
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS RECURSOS FNAS	0,00	63.460,00	108.957,88	112.800,00	255.600,00	267.102,00	279.121,59
PROGRAMA REDE DE ABRIGO							
SENTINELA				37.200,00	76.800,00	80.256,00	83.867,52
PAC - PROGRAMA DE AÇÃO CONTINUADA P/ CRECHES		51.060,00	51.060,00		55.000,00	57.475,00	60.061,38
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA			44.697,88		48.200,00	50.369,00	52.635,61
CRAS -PROTEÇÃO ESPECIAL À INFÂNCIA				75.600,00	75.600,00	79.002,00	82.557,09
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FNAS		12.400,00	13.200,00				
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE	736.586,54	582.755,23	797.583,84	1.374.000,00	920.850,00	962.288,25	1.005.591,22
TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	19.414,80	259.945,45	306.593,08	300.000,00	330.450,00	345.320,25	360.859,66
PDDE	178.640,00	2.426,00		100.000,00	50.000,00	52.250,00	54.601,25
PNAE	0,00	20.466,00	322.680,80	450.000,00	360.000,00	365.750,00	382.208,75
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	538.531,74	299.917,78	168.309,96	524.000,00	190.400,00	198.968,00	207.921,56
PROGRAMA BOLSA ESCOLA							
PROG.EJA-EDUC.J./ADULTOS	367.146,50	86.400,00	90.043,43	300.000,00	97.000,00	101.365,00	105.926,43

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PNAC-PROGRAMA NACIONAL ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM CRECHE		1.071,00	9.609,60	2.000,00	10.400,00	10.868,00	11.357,06
PNATE - TRANSPORTE ESCOLAR	171.385,24	212.446,78	54.674,53	200.000,00	59.000,00	61.655,00	64.429,48
PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO			13.982,40	22.000,00	24.000,00	25.080,00	26.208,60
EDUCAÇÃO ESPECIAL							
TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS	**5.814.296,39**	**5.946.688,10**	**5.578.263,78**	**5.470.600,00**	**6.121.327,00**	**6.396.786,72**	**6.684.642,12**
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	**5.445.520,57**	**5.102.212,54**	**5.044.137,67**	**4.600.000,00**	**5.211.550,00**	**5.446.069,75**	**5.691.142,89**
COTA-PARTE DO ICMS	6.121.255,55	5.640.897,44	5.511.818,60	5.000.000,00	5.941.000,00	6.208.345,00	6.487.720,53
DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO FUNDEF - ICMS	-918.188,36	-846.134,62	-826.772,82	-750.000,00	-1.089.000,00	-1.138.005,00	-1.189.215,23
COTA-PARTE DO IPVA	88.770,17	129.503,41	177.304,73	150.000,00	191.100,00	199.699,50	208.685,98
DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO FUNDEB - IPVA					-25.500,00	-26.647,50	-27.846,64
COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO	107.607,00	103.391,22	101.547,70	100.000,00	109.450,00	114.375,25	119.522,14
DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO FUNDEF - IPI EXPORTAÇÃO					-20.000,00	-20.900,00	-21.840,50
COTA-PARTE DA CIDE	46.076,21	74.555,09	80.239,46	100.000,00	104.500,00	109.202,50	114.116,61
TRANSFERÊNCIA DA COTA PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
COTA PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA RECURSOS HÍDRICOS							
COTA PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA RECUR MINERAIS CFEM							
COTA PARTE ROYALTIES-COMP FINAC PROD PET -LEI 7990/89							
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS COMPENSAÇÃO FINANCEIRAS							
TRANSFERÊNCIAS PROGRAMAS SAÚDE REPASSE FUNDO A FUNDO	**0,00**	**202.748,00**	**120.312,00**	**360.000,00**	**376.200,00**	**393.129,00**	**410.819,81**
INCENTIVO ESTADUAL PSF		202.748,00	120.312,00	360.000,00	376.200,00	393.129,00	410.819,81
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS PROGRAMA SAÚDE REPASSE FUNDO A FUNDO							
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	**368.775,82**	**641.727,56**	**413.814,11**	**510.600,00**	**533.577,00**	**557.587,97**	**582.679,42**
TRANSFERÊNCIAS FIES LEI 8632	368.775,82	641.727,56	413.814,11	420.000,00	438.900,00	458.650,50	479.289,77
PROG.PROT SOC. BÁSICA INFÂNCIA-PAC				51.000,00	53.295,00	55.693,28	58.199,47
PROGRAMA SENTINELA -ESTADO				39.600,00	41.382,00	43.244,19	45.190,18
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	**3.560.076,22**	**4.077.560,78**	**4.321.202,85**	**4.000.000,00**	**7.300.000,00**	**7.628.500,00**	**7.971.782,50**
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEF	**3.509.946,67**	**4.065.125,03**	**4.310.315,86**	**4.000.000,00**	7.300.000,00	7.628.500,00	7.971.782,50
FUNDEF - PARCELA FPM	3.509.946,67		2.031.124,15	2.040.000,00			
FUNDEF - PARCELA LC 87/96	0,00			0,00			
FUNDEF - PARCELA ICMS			2.230.108,42	1.920.000,00			
FUNDEF - PARCELA IPI			49.083,29	40.000,00			

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
COMPLEMENTAÇÃO FUNDEF	50.129,55						
OUTRAS TRASNFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS		12.435,75	10.886,99				
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS							
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS							
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	**169.376,37**	**118.034,72**	**1.241.100,18**	**222.000,00**	**269.500,00**	**281.627,50**	**294.300,74**
TRANSFERÊNCIAS CONVÊNIO UNIÃO E ENTIDADES	**0,00**	**0,00**	**1.023.020,00**	**0,00**	**110.000,00**	**114.950,00**	**120.122,75**
TRANSFERÊNCIAS CONVÊNIO UNIÃO PARA O SUS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SAMU							
PMU PROJETO VIGISUS							
TRANS CONVÊNIOS DESTINADOS A PROGRAMA DE EDUCAÇÃO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**			
PDE/FUNDOESCOLA							
FORMAÇÃO CONT DOCENTES ENS FUNDAMENTAL							
FORMAÇÃO CONT DOCENTES ENS INFANTIL							
PAPE-PROG ADEQUAÇÃO PRÉDIOS ESCOLARES/FUNDOESCOLA							
PNTE							
FNDE/PDE - 84							
TRANS CONVÊNIOS DESTINADOS A PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
TRANS CONVÊNIOS DESTINADOS A PROGRAMA DE COMBATE A FOME							

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
TRANS CONVÊNIOS DESTINADOS A PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO							
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO	0,00	0,00	1.023.020,00	0,00	110.000,00	114.950,00	120.122,75
MINISTÉRIO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROG ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF							
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DO TRABALHO EMPREGO	0,00	0,00	385.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUVENTUDE CIDADÃ			385.500,00				
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DNPM							
MINISTÉRIO DO TURISMO	0,00	0,00	579.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO			499.950,00				
MATA DE SÃO JOÃO É MAIS SÃO JOÃO			80.000,00				
MINISTÉRIO DA CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DO ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DAS CIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	114.950,00	120.122,75
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
MINISTÉRIO DA FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DA DEFESA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO			57.570,00				
TRANSFERÊNCIAS CONVÊNIOS ESTADO ,DF E ENTIDADES	109.376,37	8.034,72	108.080,17	112.000,00	49.500,00	51.727,50	54.055,24
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS PARA O SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAMU							
TRANS CONVÊNIOS ESTADO DESTINADOS A PROG DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	39.672,00	100.000,00	37.500,00	39.187,50	40.950,94
TRANSP ESCOLAR ALUNOS ENS MÉDIO			39.672,00	100.000,00	37.500,00	39.187,50	40.950,94
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DO ESTADO	109.376,37	8.034,72	68.408,17	12.000,00	12.000,00	12.540,00	13.104,30
SECRETARIA TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	6.944,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AÇÃO CONTINUADA	6.944,16						
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA SETRAS							
REDE DE ABRIGO							
SEC. AGRICULTURA IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. COMBATE POBREZA DESIGUALDADES SOCIAIS	0,00	0,00	41.415,73	0,00	0,00	0,00	0,00
PROGRAMA BOLSA FAMILIA			41.415,73				
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FAZCULTURA			15.000,00				
SEC. INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
CBPM PMI							
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAÚDE	6.947,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS TRANSF CONVENIO SAÚDE	6.947,33						
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	84.906,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	10.578,88	8.034,72	11.135,77	12.000,00	12.000,00	12.540,00	13.104,30
CONVÊNIO IPRAJ	10.578,88	8.034,72	11.135,77	12.000,00	12.000,00	12.540,00	13.104,30
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAR PRODUR							
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE GOVERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAR/PRODUR							
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CONVÊNIO DO ESTADO	0,00	0,00	856,67	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00		856,67				
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CONVÊNIO MUNICÍPIO PARA SUS							
TRANSFERÊNCIA CONVÊNIO INSTITUIÇÕES PRIVADAS	60.000,00	110.000,00	110.000,01	110.000,00	110.000,00	114.950,00	120.122,75
PROJETO CRIANÇA CIDADÃ	60.000,00	110.000,00	110.000,01	110.000,00	110.000,00	114.950,00	120.122,75
TRANSFERÊNCIA PARA O COMBATE A FOME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVENIENTES DO EXTERIOR							
PROVENIENTES DE PESSOAS JURÍDICAS							
PROVENIENTES DE PESSOAS FÍSICAS							
PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	575.281,83	585.049,79	942.927,51	1.513.000,00	666.000,00	695.970,00	727.288,65
MULTAS E JUROS DE MORA	20.400,00	30.883,84	22.887,84	11.000,00	14.000,00	14.630,00	15.288,35
MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	20.000,00	25.771,03	19.235,08	10.000,00	10.000,00	10.450,00	10.920,25
MULTAS JUROS MORA TX FISCALIZAÇÃO VIG SANITÁRIA							

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
MULTAS JUROS MORA TX FISCALIZAÇÃO MERC TÍTULOS E VALORES							
MULTAS JUROS MORA SOBRE IPTU					6.000,00	6.270,00	6.552,15
MULTAS JUROS MORA SOBRE ITBI							
MULTAS JUROS MORA S/ ISS					4.000,00	4.180,00	4.368,10
MULTAS JUROS MORA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
MULTAS JUROS MORA OUTROS TRIBUTOS	**0,00**	**25.771,03**	**19.235,08**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
MULTAS JUROS MORA OUTRAS TAXAS							
MULTAS JUROS MORA OUTROS IMPOSTOS		25.771,03	19.235,08	10.000,00		0,00	0,00
MULTAS JUROS MORA CONTRIBUIÇÕES	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
MULTAS JUROS MORA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
MULTAS JUROS MORA DÍVIDA ATIVA S/ IPTU							
MULTAS JUROS MORA DÍVIDA DO ITBI					0,00	0,00	0,00
MULTAS JUROS MORA DÍVIDA ATIVA S/ ISS					0,00	0,00	0,00
MULTAS JUROS MORA DÍVIDA ATIVA S/ TX FISC VIG SANITÁRIA							
MULTAS JUROS MORA DÍVIDA ATIVA S/ DAS CONT MELHORIA							
MULTAS JUROS MORA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
MULTAS JUROS MORA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS TAXAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
MULTAS JUROS MORA DÍVIDA ATIVA DE TAXAS PODER DE POLÍCIA							
MULTAS JUROS MORA DÍVIDA ATIVA DE TX DE PRESTAÇÃO DE SERV							
MULTAS JUROS MORA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS IMPOSTOS							
MULTAS JUROS MORA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES							
MULTAS E JUROS MORA DÍVIDA ATIVA OUTRAS RECEITAS							
MULTAS E JUROS MORA OUTRAS RECEITAS							
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	**400,00**	**5.112,81**	**3.652,76**	**1.000,00**	**4.000,00**	**4.180,00**	**4.368,10**
MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO							
MULTAS E JUROS PREVISTOS CONTRATO							
OUTRAS MULTAS	400,00	5.112,81	3.652,76	1.000,00	4.000,00	4.180,00	4.368,10
MULTAS IMPOSTAS RESOLUÇÃO TCM							
MULTAS IMPOSTAS - SAAE							
MULTAS IMPOSTAS - PREFEITURA							

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	88.020,48	1.507,88	2.000,00	2.000,00	2.090,00	2.184,05
INDENIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS							
OUTRAS INDENIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ROYALTIES							
OUTRAS INDENIZAÇÕES							
RESTITUIÇÕES	0,00	88.020,48	1.507,88	2.000,00	2.000,00	2.090,00	2.184,05
OUTRAS RESTITUIÇÕES		88.020,48	1.507,88	2.000,00	2.000,00	2.090,00	2.184,05
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	548.362,81	464.949,43	905.976,63	1.500.000,00	650.000,00	679.250,00	709.816,25
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	548.362,81	464.949,43	905.976,63	1.500.000,00	650.000,00	679.250,00	709.816,25
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU			91.648,63	990.000,00	500.000,00	522.500,00	546.012,50
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI							
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS			54.418,33	500.000,00	150.000,00	156.750,00	163.803,75
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TX FISC VIG SANITÁRIA							
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA							
OUTRAS RECEITAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA			759.909,67				
RECEITA DÍVIDA ATIVA OUTROS TRIBUTOS	0,00	464.949,43	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DÍVIDA ATIVA OUTRAS TAXAS	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DÍVIDA ATIVA TAXA PODER DE POLÍCIA							
RECEITA DÍVIDA ATIVA TAXA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO							
RECEITA DÍVIDA ATIVA OUTROS IMPOSTOS		464.949,43					
RECEITA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA OUTRAS RECEITAS							
RECEITA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA OUTRAS RECEITAS - SAAE							
RECEITAS DIVERSAS	6.519,02	1.196,04	12.555,16	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	6.519,02	1.196,04	12.555,16			0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS SAAE							
OUTRAS RECEITAS PREFEITURA							
OUTRAS RECEITAS FUNDO DE SAÚDE							
OUTRAS RECEITAS FMDCA							
OUTRAS RECEITAS FMAS							
RECEITAS DE CAPITAL	974.884,14	143.000,00	467.658,14	6.800.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	749.278,55	0,00	0,00	6.000.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	749.278,55	0,00	0,00	6.000.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES CRÉDITO INT CONTRATUAIS RELATIVAS PROG GOVERNO	749.278,55	0,00	0,00	6.000.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES CRÉDITO INTERNA P/ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO							

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
OPERAÇÕES CRÉDITO INTERNA P/ PROGRAMA DE SAÚDE							
OPERAÇÕES CRÉDITO INTERNA P/ PROGRAMA DE SANEAMENTO				**6.000.000,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**0,00**
SANEAMENTO PARA TODOS				6.000.000,00	4.000.000,00		
OPERAÇÕES CRÉDITO INTERNA P/ PROGRAMA DE MEIO AMBIENTE							
OPERAÇÕES CRÉDITO INTERNA PROGRAMA MODERNIZAÇÃO ADM PÚB							
OUTRAS OPERAÇÕES CRÉDITO INTERNAS RELATIVAS PROG GOVERNO	**749.278,55**	**0,00**		**0,00**			
ALIENAÇÃO DE BENS	**0,00**	**0,00**	**5.900,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	**0,00**	**0,00**	**5.900,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
ALIENAÇÃO BENS MÓVEIS ADQ. RECURSOS VINCULADOS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECURSOS DO FUNDEF							
RECURSOS DO FUNDO DE SAÚDE							
RECURSOS DO RPPS							
RECURSOS DE ROYALTIES							
ALIENAÇÃO BENS MÓVEIS AD. OUTROS RECURSOS VINCULADOS							
ALIENAÇÃO BENS MÓVEIS AD COM RECURSOS NÃO VINCULADOS							
ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS			5.900,00				
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS				**0,00**			
ALIENAÇÃO BENS IMÓVEIS ADQ. RECURSOS VINCULADOS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECURSOS DO FUNDEF							
RECURSOS DO FUNDO DE SAÚDE							
RECURSOS DO RPPS							
RECURSOS DE ROYALTIES							

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ALIENAÇÃO BENS IMÓVEIS AD OUTROS RECURSOS VINCULADOS							
ALIENAÇÃO BENS IMÓVEIS AD C/ RECURSOS NÃO VINCULADOS							
ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - ESTADOS/MUNICÍPIOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	223.000,00	143.000,00	461.758,14	800.000,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS							
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTINADOS A PROG DE EDUCAÇÃO							
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECURSOS DO SUS							
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTINADOS A PROG DE EDUCAÇÃO							
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO							
TRANSFERÊNCIAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS							
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	223.000,00	143.000,00	461.758,14	800.000,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CONVÊNIO UNIÃO ENTIDADES	223.000,00	93.000,00	391.568,17	650.000,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO UNIÃO PARA O SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPLANTAÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO-SAMU							
AMPLIAÇÃO DA MATERNIDADE							
AMPLIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PSF							
CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA - CEO							
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO UNIÃO PARA PROG DE EDUCAÇÃO							
AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ESCOLAR							
TRANS DE CONVÊNIO UNIÃO PARA PROG DE SANEAMENTO BÁSICO							
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO UNIÃO PARA PROG DE MEIO AMBIENTE							
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO UNIÃO PARA PROG DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
EXECUÇÃO OBRAS ARTE ESPECIAL SOBRE VIA FÉRREA PERÍMETRO URBANO							
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO	223.000,00	93.000,00	391.568,17	650.000,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE	0,00	0,00	191.980,80	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNASA-SANEAMENTO			191.980,80				
IMPLANTAÇÃO DA CENTRAL DE AMBULÂNCIA							
CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SANTA TEREZINHA							
CONSTRUÇÃO CAEBI							
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DO TRABALHO EMPREGO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DO TURISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DA CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DO ESPORTE	30.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	30.000,00			150.000,00			
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
MINISTÉRIO DAS CIDADES	193.000,00	0,00	199.587,37	500.000,00	0,00	0,00	0,00
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS							
PRÓ-INFRA							
CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO			199.587,37	500.000,00			
PAVIMENTAÇÃO							
COMPLEXO FERROVIÁRIO							
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA							
MACRODRENAGEM							
PSH PROG SUBSIDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL							
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DA FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DA DEFESA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CONVÊNIO DA UNIÃO	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		93.000,00					
TRANSFERÊNCIA CONVÊNIO ESTADO, DF ENTIDADES	0,00	50.000,00	70.189,97	150.000,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO ESTADO PARA O SUS							
TRANSFERÊNCIA DE ESTADO PARA PROG DE EDUCAÇÃO							
TRANS DE CONVÊNIO ESTADO PARA PROG DE SANEAMENTO BÁSICO							
TRANS DE CONVÊNIO ESTADO PARA PROG DE MEIO AMBIENTE							
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO ESTADO PARA PROG DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE							
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DO ESTADO	0,00	50.000,00	70.189,97	150.000,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	42.529,97	0,00	0,00	0,00	0,00
CONVÊNIO SUDESB			42.529,97				
SECRETARIA AGRICULTURA IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PROJ ADAPATAÇÃO MATADOURO MUNICIPAL							
SECRETARIA COMBATE POBREZA DESIGUALDADE SOCIAL	0,00	0,00	27.660,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
PROGRAMA KIT MORADIA							
PROD PROC DA MANDIOCA			27.660,00	150.000,00			
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE GOVERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONDER							
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CONVÊNIO DO ESTADO		50.000,00					
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS DESTINADOS A PROG DE SAÚDE							
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS DESTINADOS A PROG DE EDUCAÇÃO							

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS E A SUA PROJEÇÃO PARA OS DOIS SEGUINTES

DENOMINAÇÃO	REALIZADO			ORÇAMENTO	PREVISÃO LDO		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.605,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	2.605,59						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	26.388.560,16	34.590.033,75	50.576.156,11	47.535.400,00	61.165.000,00	63.917.425,00	66.793.709,13
TOTAL GERAL	27.363.444,30	34.733.033,75	51.043.814,25	54.335.400,00	65.165.000,00	63.917.425,00	66.793.709,13

METAS ANUAIS
2008

ESPECIFICAÇÃO	2008			2009			2010		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	65.165.000	62.358.852	0,052	63.917.425	58.531.100	0,047	66.793.709	58.531.100	0,045
Receitas Primárias (I)	60.837.000	58.217.225	0,049	63.574.665	58.217.225	0,047	66.435.525	58.217.225	0,045
Despesa Total	65.165.000	62.358.852	0,052	63.917.425	58.531.100	0,047	66.793.709	58.531.100	0,045
Despesas Primárias (II)	56.198.010	53.778.000	0,045	58.726.920	53.778.000	0,043	61.369.632	53.778.000	0,042
Resultado Primário (I – II)	4.638.990	4.439.225	0,004	4.847.745	4.439.225	0,004	5.065.893	4.439.225	0,003
Resultado Nominal	(4.716.664)	(4.513.554)	-	311.756	285.485	0,000	677.024	593.274	0,000
Dívida Pública Consolidada	4.417.688	4.227.452	0,004	4.829.245	4.422.285	0,004	5.610.562	4.916.516	0,004
Dívida Consolidada Líquida	2.199.881	2.105.149	0,002	2.511.637	2.299.981	0,002	3.188.661	2.794.213	0,002

FONTE: SEPLANTEC/ SEI/ IPEA/ IBGE, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE Outras/SNIPC)

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2008	2009	2010
*PIB real do Estado (crescimento % anual)	4,90%	4,60%	4,60%
**Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,50%	4,50%	4,50%
***Projeção do PIB do Estado - R$	124.270.208.257,54	135.504.235.084,02	147.753.817.935,62

Fonte:
*LDO do Estado da Bahia 2007
** Ministério do Planejamento
*** PIB 2005 divulgado pela IBGE/SEI atualizado.

Lei Complementar nº 101 Art. 4º § 1º: Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2008

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2006 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2006 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	36.351.777	0,035	51.043.814		14.692.037	40,42
Receitas Primárias (I)	36.121.228	0,034	50.732.869		14.611.640	40,45
Despesa Total	36.351.777	0,035	52.003.000		15.651.223	43,05
Despesas Primárias (II)	36.296.777	0,035	50.472.570		14.175.793	39,06
Resultado Primário (I–II)	-175.549	0,000	260.299		435.848	(248,28)
Resultado Nominal	242.303	0,000	(4.004.329)		(4.246.632)	(1.752,61)
Dívida Pública Consolidada	6.886.196	0,007	4.098.752		(2.787.444)	(40,48)
Dívida Consolidada Líquida	6.618.703	0,006	2.041.060		(4.577.644)	(69,16)

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2006

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R$
*Previsão do PIB Estadual para 2006	105.135.486.613
**Valor Efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2006	

* PIB de 2005 (IBGE/SEI) atualizado com a meta de crescimento de 2006.

** O Estado da Bahia não divulgou a informação do valor relizado do PIB de 2006.

Lei Complementar nº 101, § 2º, inciso I:

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

I - avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2008

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2005	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%
Receita Total	27.626.700	36.351.777	31,58	54.335.400	49,47	65.165.000	19,93	63.917.425	(1,91)	66.793.709	4,50
Receitas Primárias (I)	27.562.400	36.121.228	31,05	48.035.400	32,98	60.837.000	26,65	63.574.665	4,50	66.435.525	4,50
Despesa Total	27.304.700	36.351.777	33,13	54.335.400	49,47	65.165.000	19,93	63.917.425	(1,91)	66.793.709	4,50
Despesas Primárias (II)	26.865.500	36.296.777	35,11	53.778.000	48,16	56.198.010	4,50	58.726.920	4,50	61.369.632	4,50
Resultado Primário (I – II)	696.900	(175.549)	(125,19)	(5.742.600)	3.171,23	4.638.990	(180,78)	4.847.745	4,50	5.065.893	4,50
Resultado Nominal	442.000	242.303	(45,18)	297.842	22,92	(4.716.664)	(1.683,61)	311.756	(106,61)	677.024	117,16
Dívida Pública Consolidada	6.634.100	6.886.196	3,80	7.196.075	4,50	4.417.688	(38,61)	4.829.245	9,32	5.610.562	16,18
Dívida Consolidada Líquida	6.376.400	6.618.703	3,80	6.916.545	4,50	2.199.881	(68,19)	2.511.637	14,17	3.188.661	26,96

FONTE: SEPLANTEC/SEI/IBGE	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2005	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%
Receita Total	29.776.416	37.987.607	27,58	54.335.400	43,03	62.358.852	14,77	58.531.100	(6,14)	58.531.100	0,00
Receitas Primárias (I)	29.707.113	37.746.684	27,06	48.035.400	27,26	58.217.225	21,20	58.217.225	0,00	58.217.225	0,00
Despesa Total	29.429.361	37.987.607	29,08	54.335.400	43,03	62.358.852	14,77	58.531.100	(6,14)	58.531.100	0,00
Despesas Primárias (II)	28.955.985	37.930.132	30,99	53.778.000	41,78	53.778.000	-	53.778.000	0,00	53.778.000	(0,00)
Resultado Primário (I – II)	751.128	(183.448)	(124,42)	(5.742.600)	3.030,37	4.439.225	(177,30)	4.439.225	(0,00)	4.439.225	0,00
Resultado Nominal	476.393	253.207	(46,85)	297.842	17,63	(4.513.554)	(1.615,42)	285.485	(106,33)	593.274	107,81
Dívida Pública Consolidada	7.150.319	7.196.075	0,64	7.196.075	(0,00)	4.227.452	(41,25)	4.422.285	4,61	4.916.516	11,18
Dívida Consolidada Líquida	6.872.567	6.916.545	0,64	6.916.545	0,00	2.105.149	(69,56)	2.299.981	9,26	2.794.213	21,49

FONTE: LDO dos exercícios de 2005, 2006 e 2007

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes				
ÍNDICE DE INFLAÇÃO				
2006	2007	2008	2009	2010
3,14%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%

Fonte: Ministério do Planejamento e Banco Central

Lei Complementar nº 101 Art. 4º, § 2º, inciso II:

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

II - demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2008

RESULTADO PATRIMONIAL*	2006	2005	2004
Saldo Patrimonial Inicial	24.427.365,66	20.980.193,97	16.884.709,02
Variações Ativas	77.654.068,19	38.270.457,36	32.379.207,52
Variações Passivas	53.945.112,69	34.823.285,67	28.283.722,57
Saldo Patrimonial Final do Exercício	**48.136.321,16**	**24.427.365,66**	**20.980.193,97**

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2006	2005	2004
Patrimônio/Capital Reservas Resultado Acumulado	**O município não tem Regime de previdência própria**		
TOTAL	-	-	-

FONTE: SEPLANTEC/SEI/IBGE

*Em virtude da imcompatibilidade das denominações utilizadas no Manual de elaboração do Anexo de Metas Fiscais da Portaria nº 6331/06 com o plano de contas dos Entes Públicos, notadamente o plano de contas dos Entes Municipais, adaptamos o demonstrativo conforme demonstrado acima, por entendermos que a situação patrimonial do Município só poderia ser criticada a partir da análise do resultado patrimonial.

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso III:

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2008

RECEITAS REALIZADAS	2006 (a)	2005 (d)	2004
RECEITAS DE CAPITAL	5.900,00	-	-
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	*5.900,00*	-	-
Alienação de Bens Móveis	5.900,00	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
TOTAL (I)	**5.900,00**	-	-

DESPESAS LIQUIDADAS	2006 (b)	2005 (e)	2004
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos		-	-
Inversões Financeira			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL (II)	-	-	-
SALDO FINANCEIRO (III)=(I-II)	(c) = (a-b)+(f)	(f) = (d-e)+(g)	(g)
	5.900,00	-	-

FONTE:

LDO - Mata de São João 2008

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso III:
§ 2º O Anexo conterá, ainda:

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2008

SETORES/PROGRAMAS/ /BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA				COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2008	2009	2010	
Empreendimentos ramo hoteleiro e casas residenciais e comerciais	ISS	2.500.000,00			Atrair mais investimentos para o município, o que elevará a arrecadação do ISS e do IPTU. Aliado à implantação de ferramentas para realizar a cobrança da dívida ativa de forma mais eficiênte, aumentando, portanto, a arrecadação da dívida pública municipal.
	Dívida Ativa	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	
TOTAL		3.500.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso V:

V - demonstrativo da estimativa e compensação de renúncia de receita e da margem de expansão das depesas obrigatórias de caráter continuado

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2008 - METAS FISCAIS

ANEXO II - DEMONSTRATIVO VIII
(Art. 4º, § 2º, IV, alínea a, da L.C. 101/00)

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2008

EVENTO	Valor Previsto 2008
Aumento Permanente da Receita	10.000.000,00
(-) Transferências constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	10.000.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	10.000.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	1.680.000,00
Impacto de Novas DOCC	1.680.000,00
Impacto de Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	8.320.000,00

FONTE:

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso V:
§ 2º O Anexo conterá, ainda:
V - demonstrativo da estimativa e compensação de renúncia de receita e da margem de expansão das depesas obrigatórias de caráter continuado

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2008

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Precatórios não apresentados até 01.07.2007e não pagos até 31.12.2007. Restos a Pagar com prescrição interrompida Débitos não quitados com concessionários de Serviços Públicos Débitos com a CONDER, PASEP que não tiveram negociações de parcelamento concluídas	Os Riscos fiscais e passivos contingentes apresentados possuem mensuração imprecisa e de grande complexidade, desta forma justifica-se a não apresentação de valores neste campo.	Estes passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais capazes de afetar as contas públicas do município previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, só poderão ser atendidos através da Reserva de Contingência, consignada à Lei Orçamentária do exercício 2008.	Valor da Dotação orçamentária consignada para a reserva de contingência na lei Orçamentária anual de 2008
TOTAL		TOTAL	
FONTE:			

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 3º:
§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contigentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.